

GRAZIELA LUCCHESI ROSA DA SILVA

**LITERATURA, PSICOLOGIA E EDUCAÇÃO: reflexões históricas
sobre situações familiares.**

MARINGÁ, março de 2004

GRAZIELA LUCCHESI ROSA DA SILVA

**LITERATURA, PSICOLOGIA E EDUCAÇÃO: reflexões históricas
sobre situações familiares.**

Dissertação apresentada como exigência parcial para obtenção do título de Mestre em Educação à Comissão Examinadora da Universidade Estadual de Maringá, sob orientação da Prof. Dr^a. Silvina Rosa.

MARINGÁ, março de 2004

COMISSÃO JULGADORA

Professora Dr^a. Silvína Rosa (orientadora)
Universidade Estadual de Maringá – UEM

Professora Dr^a. Ivone Bertonha
Universidade Estadual de Maringá – UEM

Professora Dr^a. Lígia Klein
Universidade Federal do Paraná – UFPR

Para meus pais, **Clóvis e Sidalva**,
um referencial para minha vida.

AGRADECIMENTOS

Aos meus irmãos, **Glaucia** e **Sylvio** que, juntos, superamos os obstáculos que se apresentaram e que são inspiração para a vida e acalento nos momentos difíceis.

Ao **Marco**, que com sua afetividade sempre esteve presente, me apoiando e acreditando, incondicionalmente, nas minhas potencialidades.

À **Silvina**, que me orientou nos caminhos do conhecimento e possibilitou, através de sua sabedoria e sensibilidade, a construção de minha aprendizagem e meu desenvolvimento.

À **Sônia**, inspiração e parâmetro para minha vida profissional e pessoal, que me instiga ao conhecimento científico e me ensina, dialeticamente, a otimizar as relações estabelecidas com os meus pares.

À **Carmem**, que possibilitou a concretização deste trabalho, minimizando as minhas dúvidas e me levando a entender minha angústia.

Ao meu cunhado **Kleber** e a minha cunhada **Juliana**, que muito me incentivaram e apoiaram para efetivação dos meus projetos pessoais e profissionais.

Ao **Colégio Dom Bosco de Maringá**, em especial a Cláudio Torres, Eliane e Solange, que compreenderam a necessidade, em alguns momentos, de minha ausência e me apoiaram para a realização deste trabalho.

À **Vergínia e João**, companheiros que tornaram-se grandes amigos no decorrer do curso de Mestrado.

À **Ana Carolina, Daniela, Griziele, Letícia e Verônica**, amigas e companheiras na graduação de Psicologia, que me apóiam nas minhas escolhas e que representam fonte de carinho e amizade.

À **Patrícia, Luciana e Pricila**, amigas para toda a vida e que, mesmo distantes, foram fundamentais para a realização deste trabalho.

Aos demais amigos que direta e indiretamente estiveram presentes para a efetivação dessa etapa.

À banca examinadora, pelo respeito com que analisou o meu trabalho.

Aos demais professores e funcionários do Curso do Mestrado em Fundamentos da Educação, que possibilitaram a elaboração do nosso aprendizado e o desenvolvimento do nosso conhecimento.

SUMÁRIO

RESUMO	VIII
ABSTRACT	IX
INTRODUÇÃO	01
CAPÍTULO I – ABORDAGENS SOBRE A CRISE FAMILIAR ATUAL: UMA BREVE REVISÃO.....	10
CAPÍTULO II – AS GRANDES TRANSFORMAÇÕES HISTÓRICAS DO SÉCULO XIX COMO PALCO DAS MUDANÇAS NO ÂMBITO FAMILIAR.....	44
2.1 – A revolução no mundo do trabalho e a da produção: fundamentos da família burguesa.....	44
2.2 – As relações familiares na sociedade democrática como resultado da tendência histórica.....	56
2.3 – Sociedade e dinâmica familiar: o campo fecundo de representação literária	67
2.3.1–Balzac: um romancista e um historiador da vida privada, dos costumes e da família	71
CONSIDERAÇÕES FINAIS	96
REFERÊNCIAS	103

RESUMO

O trabalho – *Literatura, Psicologia e Educação: reflexões históricas sobre situações familiares* - objetiva compreender quais são os elementos constitutivos das alterações nas relações familiares que incitam, na atualidade, a chamada “crise” familiar. Partindo dos debates atuais que abordam, em sua grande maioria, a família nos limites de sua própria organização e não confrontam a origem das mudanças no âmbito familiar com as transformações sociais, desenvolveu-se no presente estudo uma reflexão que se contrapõe a esta forma naturalizante e particularizada de entender a família. Para além deste conhecimento que dissocia, que toma a parte pelo todo ou a família por ela mesma, pretende-se desvelar que as mudanças nas relações familiares são expressão do movimento da transformação na forma dos homens produzirem a vida material. Assim, em cada período, ela adquire características divergentes do período anterior, correspondendo às transformações ocorridas no processo de trabalho e de produção da vida material dos homens. A metodologia aqui utilizada para compreender os eventos familiares assume uma perspectiva histórica e delimita como período de análise o século XIX, momento que expressa o acirramento das contradições ocasionadas pela transição de uma estrutura social para outra, baseada no acúmulo de capital, que provocou a aquisição de novos comportamentos difundidos na atualidade. Para a compreensão do processo histórico e social que levaram as relações burguesas desenvolverem-se até se tornarem dominantes, em meio aos resquícios da sociedade anterior, recorreu-se aos autores Marx e Tocqueville. Através de suas obras, é possível estabelecer comparações entre o modo de vida aristocrático e burguês e, com isso, captar as mudanças ocorridas na sociedade e como se expressam nas relações familiares. Com essa diretriz, este estudo respaldou-se, ainda, em obras literárias do romancista Balzac, representativas do século XIX, enquanto recurso capaz de informar a respeito das relações sociais estabelecidas e da dinâmica instalada na vida familiar. Essa perspectiva metodológica histórica possibilita, também, a Psicologia e a Educação compreenderem mais amplamente as transformações sociais e viabiliza o entendimento da forma pela qual as situações familiares conflituosas se originam e, desta maneira, fornece elementos que subsidiam analisar e refletir a respeito da dinâmica instalada na vida familiar atual.

PALAVRAS-CHAVE: Família, Literatura, Psicologia, Educação.

ABSTRACT

The essay – Literature, Psychology and Education: historical reflections on family situations – aims to understand what the elements that constitute the alterations in the family relationships are, elements that nowadays stimulate the “so-called” family crisis. Nowadays, debates, in their great majority, analyse the family within the limits of its own organization and do not question the origin of the changes happening to families, what may be caused by social changes. The current study has developed a reflection that goes against this particular and natural way of understanding the family. Beyond this knowledge that separates and analyses the family for itself, this study has the objective of proving that the changes in the familiar relationships are the result of the changes that have happened on the way the society have produced their provision of resources. In this way, in each period, the family incorporates characteristics that are different from the previous period, which corresponds to the changes that occurred in the working process and in the way society provided their resources. The methodology used to understand the familiar events assumes a historical perspective and limits its analysis to the nineteenth century, a moment that express the increase in the contradictions caused by the transition between a social structure to another, based on saving capital, what caused the change in the behavior which is actual until nowadays. For a full understanding of the social and historical process that led to the development of the bourgeoisie up to the moment they became dominant among what was left from the previous society, the studies of Marx and Tocqueville were required. From what they have written it is possible to establish comparisons between the aristocratic and bourgeoisie, and so understand the changes that occurred in society and the way they reflect on the familiar relationships. Following this same thought, this study was also based on works from the novelist, Balzac, works that represent the nineteenth century and that can draw a clear picture of the social relations and the development of the familiar life. This historical methodological view also enables Psychology and Education to comprehend the social changes to a greater extent, moreover, it gives the possibility of understanding the way that disagreement familiar situations start, and, in this way it introduces elements that allow the analysis and reflection on the development of the familiar life nowadays.

KEY-WORDS: Family, Literature, Psychology, Education.

INTRODUÇÃO

É consenso a idéia de que a estrutura familiar atual está sofrendo profundas mudanças. Proliferam comentários corriqueiros, matérias jornalísticas, livros científicos referentes à “crise” familiar ou à família enquanto uma instituição social falida. Avolumam-se como causas ou sintomas: o progressivo número de separação de cônjuges; a quantidade de famílias que estão fora dos moldes previstos; o fato de os pais, necessitando despende grande parte do tempo trabalhando, não conseguirem acompanhar de forma mais próxima o desenvolvimento dos filhos; a quantidade de filhos que desejam sair de casa pelos conflitos com os pais.

Todos se referem à grande dificuldade dos indivíduos para desempenhar os papéis anteriormente definidos ou para agir no novo contexto de desarticulação, adotando novas atitudes. Atribui-se esta dificuldade à angústia que toma conta de todos, tornando-os pacientes de psicoterapia e terapia familiar, ávidos leitores de obras de auto-ajuda, platéia de cursos e seminários a respeito da família.

A angústia instalada no seio familiar manifesta-se também nas escolas, cujos alunos, cada vez mais indisciplinados, mobilizam uma nova dinâmica escolar, na qual os problemas discentes são atribuídos ao modo “inadequado” com o qual os pais lidam e educam seus filhos. Os pais são convidados a comparecer à diretoria da escola, a participar de reuniões e discussões, colaboram nos encaminhamentos educativos, recebendo inclusive orientações sobre como educar melhor seus filhos.

Paradoxalmente, muitos professores, em suas salas de aula, esquecem-se de que também são pais e que os professores podem estar rotulando seus filhos como negligentes.

Percebemos, também, reflexos dessa “crise” quando ligamos a televisão e assistimos a entrevistas destinadas a explicar as formas pelas quais os pais devem se relacionar com seus filhos e como estes devem se relacionar com seus progenitores. O mesmo acontece quando abrimos um jornal e lemos artigos sobre a alta incidência de acidentes, brigas, maus tratos e abusos entre pais e filhos; quando observamos em uma livraria o grande número de livros destinados a auxiliar os pais no ato de educar, entender e impor limites aos seus filhos.

Vários exemplos, que podem ser somados a tanto outros, sobre as inseguranças, as incertezas e crises existenciais, apontam para uma modificação na organização, concepção e desempenho dos papéis sociais inerentes à família, e, portanto, para a necessidade de adoção de novas regras e valores.

Apresenta-se, portanto, um quadro que sinaliza a necessidade de uma reflexão mais aprofundada sobre nossa época e, principalmente, sobre as **raízes sociais da notória modificação nos comportamentos e vínculos estabelecidos na dinâmica familiar.**

Frente a estas questões que estão postas em nossa época e insatisfeitos com a maneira “naturalizante”¹ como são tratadas, pretendemos, neste trabalho dar nossa

¹ A visão naturalizante de família, que mantém certa hegemonia no campo da Psicologia, acredita que esta instituição possui uma dinâmica própria, que independe do movimento do conjunto das relações humanas e do surgimento de novas necessidades, produto do modo de produção na vida dos homens. Analisa a família como um fato que se explica por si só, no imediatismo das relações.

contribuição aos estudos da área da Psicologia e Educação sobre situações familiares que se apresentam em “crise”. Entendemos que a existência de um problema não se restringe ao momento de sua manifestação. Assim, nesta dissertação não vamos focar o cotidiano dos sentimentos, paixões, afetos, violência, comportamentos e costumes subjacentes à vida familiar na atualidade. Pretendemos caminhar para além das dificuldades, angústias e embates que se manifestam na organização ou desorganização familiar atual, dando à investigação um **norte teórico-metodológico histórico**.

A proposta do curso do Mestrado em Educação da Universidade Estadual de Maringá nos possibilita desenvolver esta perspectiva de estudo por priorizar o pressuposto de que os comportamentos, os costumes, o modo de relação estabelecido entre os pares, o tipo do vínculo firmado entre os familiares e a estrutura psíquica do indivíduo são expressões da forma como os homens vivem e se reproduzem nos diferentes momentos da história.

Esta metodologia teórica implica perceber que é no interior das relações sociais mais amplas que a família evolui, é no desenvolvimento dessas relações que ela pode ser apreendida historicamente.

A produção de idéias, das representações e da consciência está, a princípio, direta e imediatamente ligada à **atividade material** e ao comércio material dos homens; ela é a linguagem da vida real. [...] São os homens que produzem suas representações, suas idéias etc., mas os homens reais, atuantes, tais como são condicionados por um determinado desenvolvimento de suas forças produtivas e das relações que elas correspondem, inclusive as mais amplas formas que estas podem tomar. A consciência nunca pode ser mais que o ser consciente; e o ser dos homens é o seu processo de vida real. E, se, em toda a ideologia, os homens e suas relações nos aparecem de cabeça para baixo como uma câmera escura, esse fenômeno decorre de seu

processo de vida histórico, exatamente como a inversão dos objetos na retina decorre de seu processo diretamente físico. (MARX e ENGELS, 1998, p.18-19)

Neste sentido, a dinâmica histórica é decorrente da condição humana de existência, pois, ao se modificar o modo de produção, ocorre juntamente uma mutação nos costumes e na forma de pensar dos homens.

Esta forma de entendimento das relações estabelecidas entre os homens possibilita à Psicologia e à Educação coadunar à história dos homens as vidas individuais, pois esclarece a condicionalidade que elas têm com o tempo e o espaço (históricos). Corroboramos com Duarte (1993), quando diz que “a formação de todo ser humano é sempre um processo que sintetiza, de forma dinâmica, todo um conjunto de elementos produzidos pela história humana.” (p. 13)

Com isso, esse Curso de Mestrado, aberto a diferentes formações, viabiliza a compreensão de que a condição humana torna-se peculiar a cada período histórico.

A ciência psicológica, ao atrelar o comportamento humano e os fenômenos psíquicos à condicionalidade histórico-social, tem a possibilidade de estudar os comportamentos individuais como altamente influenciados e determinados pela organização social em que os homens estão inseridos. Compreendendo a realidade histórica e as mudanças sociais, é possível entender o papel dos indivíduos nos conflitos que caracterizam a estrutura familiar contemporânea e ultrapassar a “barreira das aparências”.

A Psicologia, enquanto ciência que estuda o comportamento humano e as manifestações do psiquismo, pela necessidade de aprofundar seus conhecimentos,

especializou-se em áreas e linhas distintas e específicas, o que dificulta analisar e entender o homem em todas as suas interfaces.

Para estudar o homem, que se apresenta tão complexo, e as relações que estabelece com seus pares, a ciência psicológica precisa confrontar-se com outros saberes, para potencializar seus instrumentos de análise e compreensão do indivíduo. É caso das questões suscitadas na área da História e da Educação.

A Educação é tomada aqui para além do aspecto formal (escolar), pois, limitar a educação à escola significa desapropriar-se do entendimento de que a sociedade possui outras formas de reproduzir-se para formar os indivíduos que nela se inserem. A Educação passa a ser vista, portanto, como aquisição de valores e conceitos necessários à socialização dos indivíduos que são transmitidos pela família, pelo meio social e por todos os recursos simbólicos de cada época específica. Assim, os homens são educados de acordo com as normas e a estrutura social e caracterizam-se como seres determinados e determinantes do movimento histórico.

A metodologia utilizada assume uma perspectiva histórica para analisar as situações familiares e volta-se para a literatura, enquanto recurso viável e rico para informar a respeito das relações sociais estabelecidas e da dinâmica instalada na vida familiar.

Obras literárias são fontes que propiciam o entendimento dos fatos sociais e fornecem subsídios a respeito da diversidade humana, favorecendo a compreensão de como os homens constroem suas relações e a quais necessidades estas relações atendem. A arte é uma forma de produção intelectual e criativa, que revela a realidade de forma

minuciosa ao mesmo tempo em que apresenta a diversidade do comportamento humano, mediando conflitos particulares.

O caminho que iremos percorrer para dar nossa contribuição às áreas da Psicologia e da Educação, em particular ao estudo das relações afetivas e dos vínculos que permeiam a dinâmica familiar atual, distancia-se bastante dos caminhos usuais. Ao invés de sermos guiados diretamente pelas questões atuais da família, priorizamos relacionar suas mudanças de estrutura às transformações sociais ocorridas no processo histórico da sociedade capitalista. Esta forma de abordagem transcende a conotação “naturalizante” da família e busca entender a conformação da organização familiar através de uma perspectiva histórica, buscando considerar sua dimensão cultural e socialmente construída a partir das **determinações do trabalho**.

Para compreender a família nesta perspectiva é fundamental captar as leis que regem a dinâmica da sociedade, pois isto nos fornecerá o subsídio teórico que permite apreender as funções desempenhadas e os vínculos estabelecidos pela família no interior da sociedade.

Esta linha de estudo e análise não é muito encontrada na bibliografia atual que discute os problemas familiares. Nas publicações científicas das mais diversas áreas, nas matérias jornalísticas e nos programas televisivos, manifesta-se uma visão parcial do movimento que levou à instalação de determinados comportamentos, hábitos e costumes. Seu campo de pesquisa, próprio desta época histórica, está limitado a uma parcialidade dos problemas mais corriqueiros da atualidade, ou seja, àqueles que ganham destaque na mídia e no senso comum. Esse encaminhamento, que não tem

beneficiado a apreensão da diversidade humana que se construiu no processo histórico, evidentemente, não beneficia, também, uma compreensão mais profunda das contradições históricas que se manifestam como “crises” familiares.

Na contramão desta lógica pragmática, somos guiados pela perspectiva histórica de estudo, mediante a qual temos a possibilidade de compreender que os comportamentos, os costumes, o modo de relação estabelecido entre os homens, o tipo de vínculo firmado entre os familiares e a estrutura psíquica do indivíduo são produtos de uma realidade histórica e modificam-se com o surgimento de novas relações materiais.

Assim, para configurar o longo processo de emergência da família burguesa e de seus determinantes gerais, optamos por examinar a transformação social ocorrida no século XIX, época em que as relações burguesas são dominantes, mas, em função da diversidade do processo histórico, existem ainda remanescentes da sociedade anterior. Esta escolha possibilitou estabelecer relações e comparações destacando comportamentos próprios de cada época.

Com essa diretriz, dividimos nosso trabalho em dois capítulos. Em primeiro lugar, procuramos sistematizar as questões principais do debate atual sobre a dinâmica familiar, bem como do discurso acerca de suas crises e conflitos. O objetivo é traçar um perfil do conceito de família que integra o imaginário social de nossa época para que possamos compreender a forma pela qual a família está sendo entendida e estudada na atualidade. Assim, destacamos, no capítulo I, publicações científicas e matérias jornalísticas que abordam e analisam a questão familiar atual, no sentido de

demonstrar como conceituam a família, a forma que relacionam a crise vivenciada no âmbito familiar com a sociedade e os caminhos que propõem como solução para lidar com estes embates.

Em seguida, realizamos um estudo sobre a família burguesa enquanto produto de relações sociais contraditórias. Partimos do princípio de que os conflitos de toda ordem presentes na nossa sociedade estão na base da atual forma da família, de seus problemas e novidades. Na perspectiva de que a organização familiar é produzida pela própria natureza das relações de produção sobre as quais se estrutura, procuramos organizar um texto que aprofunde esta concepção histórica, distanciando-nos, porém, das questões atuais. Assim, os aspectos da transformação social, abordados de um ponto de vista teórico, constituem parte do capítulo II, no qual procuramos trabalhar com textos produzidos por estudiosos e teóricos, tais como Marx, Engels e Tocqueville², que pensaram justamente sobre o período de transição de uma outra sociedade para esta. Ainda que a questão familiar não seja objeto de estudo específico destes autores, são eles que, em função de seus métodos diferenciados, subsidiaram nosso referencial teórico. Suas obras foram fundamentais para o desenvolvimento de nossa investigação, pois captaram o movimento da vida social, a transformação histórica com suas nuances e contradições evidenciando o embate humano em toda a sua complexidade. Esse percurso foi interessante e produtivo por direcionar o

² Achamos extremamente válido e produtivo, para o aprofundamento da discussão desenvolvida neste capítulo, analisar as mudanças na estrutura familiar a partir dos pressupostos teóricos tanto de Marx e Engels quanto de Tocqueville. Isto porque, os dois primeiros autores nos subsidiam captar, através de perspectiva revolucionária do materialismo histórico-dialético, que as relações entre os homens são determinadas pela forma como produzem a vida, além de nos levar a entender que as mudanças na estrutura familiar se dão a partir das alterações no modo de produção. Já Tocqueville, grande pensador burguês, nos serve de referência pela perspicácia e clareza em captar as relações sociais contraditórias, uma vez que nesse período as relações burguesas já são dominantes, mas ainda existem remanescentes da sociedade anterior. É no movimento social que Tocqueville localiza as características e tendências humanas e mostra como essas tendências afetam os indivíduos e as instituições sociais.

entendimento dos eventos humanos e da diversidade social como consequência do processo de transformação social.

Posteriormente, mediante a utilização de obras literárias produzidas no século XIX, procuramos analisar, de forma mais ampla e profunda, as repercussões do processo de transformação social na vida dos indivíduos e nas relações familiares. Os romances, *Memórias de duas jovens esposas*, *Ao "Chat-Qui-Pelote"*, *Pai Goriot*, *O Baile de Sceaux* de Honoré Balzac formam o fio condutor das reflexões sobre a relação dialética existente entre o movimento da transformação social e o indivíduo e sobre os desdobramentos sociais próprios da época em que foram escritos.

CAPÍTULO I

Como dizia Tocqueville, a sociedade, em seu processo de desenvolvimento, cria seus problemas e, ao mesmo tempo, encontra soluções para eles, dentro de seus próprios limites históricos.

Assim, no mesmo sentido em que se manifestam atualmente conflitos e crises familiares, desencadeia-se também uma ampla discussão sobre qual é o papel e as atribuições da família na atualidade, como otimizar as relações afetivas e reatar os vínculos entre os parentes. Ou seja, desencadeia-se um debate e uma gama de esforços humanos para compreender e solucionar os desequilíbrios da dinâmica familiar.

Procuramos, neste texto, sistematizar os aspectos principais desta discussão, destacando algumas obras científicas e matérias jornalísticas que analisam e descrevem a questão familiar atual.

Um mapeamento do que está sendo publicado atualmente sobre o tema é importante, pois permite conhecer e refletir sobre **a conceituação de família, as atribuições delegadas a esta instituição na sociedade moderna e as soluções ou alternativas propostas pelo meio social para enfrentar as diferentes situações familiares.**

Da profusão de livros e artigos sobre o tema, foi necessário fazer uma seleção. Em relação às publicações científicas, os critérios de seleção se pautaram na análise de alguns livros, referentes à questão familiar, encontrados na Biblioteca Central dos Estudantes, da Universidade Estadual de Maringá, em bibliotecas municipais de Maringá e bibliotecas de faculdades particulares desta cidade. Tal escolha possibilitou o conhecimento das leituras realizadas na atualidade, no meio acadêmico, nos campos da Psicologia, Pedagogia, Educação e Sociologia, sobre a conceituação de família, suas funções e responsabilidades, tratamentos e terapias familiares.

No que diz respeito às matérias jornalísticas, o critério de seleção baseou-se na pesquisa de todas as edições das revistas *Claudia* e *Veja*, dos anos de 1999 a 2002, em função de ambas terem ampla circulação em várias camadas sociais. Neste sentido, os artigos publicados sobre as situações familiares nestas revistas revelam importantes aspectos para a nossa análise.

Vejam, então, o discurso proferido neste momento histórico através de algumas publicações científicas.

O livro *O que é Família*, de autoria de Prado (1985), tem como fio condutor a idéia de que as formas familiares evoluíram ao longo da história, configurando-se de acordo com o momento histórico e os valores culturais vigentes em cada sociedade.

Salienta que na contemporaneidade prevalece como afirmação universal o modelo de família nuclear, ou seja, aquele composto pelo pai, mãe e filho(s). A forma de

família patriarcal, em que o pai era o chefe da família em todos os sentidos, exercendo autoridade moral e econômica sobre a mulher, os filhos e empregados, deixou de existir. Foi substituída por um modelo que diminui o poder arbitrário dos mais velhos sobre os mais jovens, que privilegia a união de casais baseada numa escolha afetiva e não em interesses e alianças, que busca uma relação mais igualitária e de companheirismo entre os cônjuges, ao invés da submissão da mulher e que, respeitando os impulsos infantis, exerce menor repressão das emoções das crianças.

Este aspecto também é discutido por Zimmerman & Osório (1997), que assinalam que há formatos básicos de família na contemporaneidade: nuclear (conjugal), constituída pelo marido, esposa e seus filhos; extensa (consangüínea), que é composta por outros membros que tenham laços de parentesco; abrangente, que inclui os não parentes, residentes mesmo local. Dentre estas, o modelo de família nuclear é o que prevalece na sociedade ocidental.

Prado (1985) relata, ainda, a mobilidade do modelo familiar atual da seguinte forma:

A família contemporânea caminha para o **desconhecido e sem rumo**. Pode orientar-se em três diferentes direções, até hoje, sem precedente histórico:

- 1) à ruptura definitiva dos laços que uniam as velhas gerações às mais novas: a indiferença que manifestam os adolescentes pela identidade familiar e pelo que ela possa representar e defender e que se rompe na descontinuidade dos valores entre pais e filhos;
- 2) à maior instabilidade dos jovens casais que se reflete no aumento vertical da curva de divórcios;
- 3) à destruição sistemática, através da “liberação” da mulher, do conceito “lar/ninho” em torno do qual foi construída a vida da família nuclear. (PRADO, 1985, p. 27, grifos nossos)

No que concerne às expectativas sociais, a autora salienta que a família tem como função: a identificação social dos indivíduos; a reprodução; a produção de bens (alimentação, vestuário, brinquedos, remédios, etc.) e de consumo destas; a proteção de jovens; a educação e a socialização da nova geração; os serviços domésticos de toda ordem e o cuidado para com os mais velhos.

As funções sociais atribuídas à família na atualidade também foram discutidas pelo Fundo das Nações Unidas para a criança – UNICEF – em 1994, resultando na publicação da coletânea *Família Brasileira, a base de tudo*, organizada por Kalustion.

Nessa coletânea, a família é apresentada como uma instituição que deve atuar minimizando as problemáticas vivenciadas pelos seus membros. Ela seria a responsável pelo desenvolvimento das funções primordiais do ser humano que, através de vínculos familiares estáveis, serão contempladas e estruturadas. Em tal análise considera-se que

Não resta dúvidas de que a situação de bem-estar das crianças e dos adolescentes encontra-se diretamente relacionada à possibilidade de manterem um vínculo familiar estável. Nesta perspectiva, a presente coletânea percebe a convivência familiar como um aspecto essencial de seu desenvolvimento e como uma direção inalienável.

A promoção e o apoio às famílias, sobretudo àquelas em situação mais vulnerável, e o reconhecimento das mesmas enquanto agente social ativo e objeto de políticas públicas, constituem fatores decisivos **na busca dos objetivos prioritários do desenvolvimento humano**, tais como a **eliminação da pobreza**, o **acesso à saúde**, à **educação** e à **alimentação**, a **erradicação do trabalho infantil**, a **promoção da igualdade entre gêneros** e a **proteção integral a seus membros, das crianças aos mais idosos**. (KALUSTION, 1994, p. 9, grifos nossos)

Nesta obra é mencionado ainda que

A **família brasileira**, em meio a discussões sobre a sua desagregação ou enfraquecimento, está presente e permanece enquanto **espaço privilegiado de socialização de prática de tolerância e divisão de responsabilidades**, de **busca coletiva de estratégias de sobrevivência** e lugar inicial para o **exercício da cidadania sob o parâmetro da igualdade**, do **respeito e dos direitos humanos**. A família é o espaço **indispensável** para a **garantia da sobrevivência de desenvolvimento** e da **proteção integral dos filhos e demais membros, independentemente do arranjo familiar ou da forma como vêm se estruturando**. É a família que propicia os aportes afetivos e sobretudo materiais necessários ao desenvolvimento e bem-estar de seus componentes. Ela desempenha um **papel decisivo na educação formal e informal**, é em seu espaço que são absorvidos os **valores éticos e humanitários**, e onde se **aprofundam os laços de solidariedade**. É também em seu interior que se constroem as marcas entre as gerações e são observados valores culturais. (KALUSTION, 1994, p.11-12, grifos nossos)

Constatamos, nesta coletânea, que é atribuído à família nuclear o papel de mediadora entre o Estado e o indivíduo. Isto porque, segundo este documento do UNICEF, os problemas familiares serão solucionados se forem criados programas sociais de proteção de acordo com um projeto político nacional (geração de empregos e renda, complementação da renda familiar, rede de serviços comunitários de apoio psicossocial e cultural a famílias) que supram as necessidades emergentes desta instituição.

Neste sentido, muitos conflitos gerados pela má distribuição de renda e desigualdades sociais serão evitados através de um “projeto político de compromisso ético para com as famílias brasileiras”. (KALUSTION, 1994, p.103).

É importante salientarmos que tanto os papéis quanto as funções delegadas à família devem ser entendidos como elaboração que responde a uma **necessidade histórica datada**, ou seja, da sociedade capitalista.

Além de publicações mais gerais que conceituam e pontuam as atribuições sociais da família burguesa, é importante também considerar aquelas que, sem desconsiderar essas funções sociais, têm como intuito encontrar formas possíveis de lidar com os conflitos internos que permeiam esta instituição.

Neste sentido, observa-se que a mesma **sociedade que produz a crise, produz teorias para a superação**. Os homens não estão atentos somente à percepção das mudanças que estão ocorrendo no relacionamento, mas também procuram encontrar soluções para o conflito, que muitas vezes é indefinido.

Existe um acervo significativo a respeito da temática familiar contendo relatos de experiências familiares e, numa perspectiva social e psicológica, propostas de tratamento da família moderna.

Uma obra que pode nos auxiliar acerca de intervenções propostas ou realizadas para minimizar ou até mesmo solucionar os desarranjos familiares atuais é *Diagnóstico e Tratamento das Relações Familiares*, desenvolvida por Nathan W. Ackerman (1986), considerado o “pai da terapia familiar”¹.

¹ Informação descrita na contra capa do livro *Diagnóstico e tratamento das relações familiares*.

Ackerman (1986) identifica como um dos grandes problemas da sociedade atual a família neurótica. Para ele, indivíduos perturbados, na maioria das vezes, pertencem a famílias perturbadas e, portanto, necessitam de um tratamento que leve em conta o fato de que as famílias podem ser conflituosas a ponto de produzirem doentes mentais.

O autor salienta que tal constatação decorre de seus vinte e cinco anos de prática psiquiátrica, durante os quais deparou-se com uma série de problemas trazidos por pessoas angustiadas e desorientadas, que lhe causaram dúvidas e perplexidades. Diante desta realidade, foi levado a entender os distúrbios, de forma mais aprofundada, relacionando-os à experiência contínua de integração emocional do indivíduo com seu grupo familiar. Para tanto, foi necessário

explorar uma série de temas inter-relacionados: a interdependência da estabilidade individual e familiar em cada estágio do crescimento desde a infância até a velhice; o papel da família no desenvolvimento emocional da criança; a família como estabilizadora da saúde mental do adulto; a família como transmissora da ansiedade e conflito e como transportadora do contágio da doença mental; a interação de conflito entre família e comunidade, conflito nas relações familiares e conflito dentro de membros individuais da família; e colapso na adaptação e enfermidade como sintomas da patologia grupal da família. (ACKERMAN, 1986, p. 12)

Diante da relação direta da família no desenvolvimento sadio ou patológico de seus membros, o autor destaca que o objetivo básico deste livro é

[...] trazer uma nova luz ao problema controverso da interdependência de indivíduo, família e sociedade. É uma tentativa de construir uma concepção dinâmica, integrada, dos problemas de saúde mental da vida familiar, relacionando a família externamente com a sociedade e intimamente com o membro individual." (ACKERMAN, 1986, p. 14)

Ackerman (1986) assinala que os comportamentos e vínculos existentes no interior da vida familiar estão relacionados aos desequilíbrios da sociedade contemporânea.

Para ele,

A revolução sócio-cultural que caracteriza o nosso tempo tem incitado desconfiança e medo entre as nações, tem alterado a configuração da vida familiar e tem abalado os padrões estabelecidos de Indivíduo, Família e Sociedade. [...]. Seres humanos e relações humanas foram lançados em um estado de turbulência, enquanto a máquina cresce muito, à frente da sabedoria do homem sobre si próprio. A redução do espaço e a intimidade forçada entre as pessoas vivendo em culturas em conflito, exigem um novo entendimento, uma nova visão das relações do homem com o homem e do homem com a sociedade. (ACKERMAN, 1986, p.17)

De acordo com o autor, a crise vivenciada pela família ocorre porque seu padrão de organização não é estático e, sim, determinado pelo condicionamento sócio-histórico.

Em um ambiente que está continuamente mudando, que é estável e imprevisível, sentimos perigo, mas o perigo é indefinido. Embora um critério básico de saúde mental seja a percepção exata da realidade externa, tal percepção é de fato difícil em nossa cena social tão instável. Ninguém sabe o que está acontecendo ou o que esperar. Somos inadequadamente informados e dificilmente sabemos o que é real e o que é imaginário. Isso torna difícil até mesmo traçar um curso de ação efetivo, e corremos o risco de tornarmo-nos vítimas de pânico e confusão, de suspeita irracional, preconceito, guerra e genocídio. (ACKERMAN, 1986, p. 17)

Para Ackerman (1986), fica patente o reflexo da crise social na desorganização e perturbação na vida familiar e no conseqüente desenvolvimento dos distúrbios psíquicos.

Segundo o autor, tanto os distúrbios da vida mental do indivíduo quanto o equilíbrio dos processos psíquicos internos são expressões das relações significativas que ele

estabelece com o grupo social; sua identidade é, simultaneamente, individual e social, é uma imagem refletida do seu grupo familiar. Por este prisma, “os critérios para doença e saúde mental não podem ser restritos ao indivíduo; eles devem englobar o indivíduo dentro do grupo bem como o grupo. Os males que afligem indivíduo, família e sociedade são um *continuum*.” (ACKERMAN, 1986, p. 20, grifo no original)

Para Ackerman (1986), a família é a “unidade básica de crescimento e experiência, desempenho ou falha. É também a unidade básica de saúde e doença.” (p. 29). Os vínculos familiares são compostos por uma fusão dos fatores biológicos, psicológicos, sociais e econômicos. Neste sentido, a família tem suas funções moldadas de acordo com as necessidades sociais. Os objetivos atendidos pela família contemporânea, segundo o autor, são:

- 1- **fornecimento** de alimento, abrigo e outras necessidades **materiais** que sustentam a vida e protegem contra perigos externos, uma função melhor desempenhada sob condições de unidade e **cooperação social**;
- 2- o **fornecimento de uma união social** que é matriz para a ligação afetiva das relações familiares;
- 3- a oportunidade de **desenvolver uma identidade pessoal** ligada à identidade familiar, essa união de identidade proporcionando a integridade física e a força para enfrentar novas experiências;
- 4- a **padronização dos papéis sexuais**, que preparam caminho para maturidade e desempenho sexual;
- 5- a educação dirigida à **integração nos papéis sociais** e à aceitação de **responsabilidade social**;
- 6- o desenvolvimento da **aprendizagem** e o apoio à **criatividade e iniciativa do indivíduo**. (ACKERMAN, 1986, p. 32, grifos nossos)

A análise de funções e responsabilidades descritas tanto por Ackerman quanto por Prado e, ainda, no documento da UNICEF, aponta-nos a enorme importância social atribuída à família na sociedade atual. Este discurso que delega à família a função

de salvaguardar os direitos e os deveres de seus membros é condizente às necessidades da sociedade capitalista, pois sua consistência faz parte de uma tendência contemporânea.

O exercício de funções sociais que são impostas à família, por serem históricas, são cambiantes. Neste sentido, a configuração da família, condizente às necessidades do momento histórico, determina as formas de comportamentos necessários aos papéis de marido e esposa, pais e filhos.

Dentro da estrutura desse processo, os membros adaptam-se ou alteram as expectativas quanto à função da família e isso pode desencadear conflitos entre os indivíduos, bem como distúrbios psíquicos. Como consequência, o tratamento terapêutico com toda a família surge como uma alternativa para lidar com as tensões e sofrimentos que não são naturais, mas sim comuns a esta época histórica.

As soluções encontradas para lidar com as situações conflitantes são datadas, justamente por serem produzidas pelas necessidades de um determinado período histórico. Neste sentido, os embates vivenciados na família não são comuns a todas as épocas históricas e a todos os homens, mas sim produtos de relações sociais contraditórias.

O livro *Terapia Familiar*, de Andolfi (1981), mantém a mesma linha de pensamento desenvolvida no livro de Ackerman (1986) ao prescrever que

Observando com atenção as dinâmicas existentes no interior de cada grupo familiar, compreendi que, apesar das circunstâncias que criam dificuldades nas famílias poderem variar bastante, os problemas, os conflitos e as contradições são de certo modo universais e, sob diversas formas, podemos encontrá-los no interior da minha família ou das famílias de outros trabalhadores sociais. (ANDOLFI, 1981, p. 15)

O autor salienta, essencialmente, que os comportamentos não adequados dos membros familiares estão intrinsecamente relacionados ao momento social conturbado em que vivemos. Padrões semelhantes de comportamentos, por serem próprios desta época histórica, podem ser observados em diferentes famílias. Lidar com estas situações demanda do profissional o conhecimento dos determinantes históricos e do contexto social em que o comportamento teve origem. Para não estigmatizar o indivíduo e a família deve-se apreender os componentes que, numa dada situação, concorrem para determinar ou manter um determinado comportamento.

Segundo este autor, no tratamento de distúrbios ou perturbações mentais, a família é fundamental para a implementação de uma terapia interacional, a qual uma vez assimilada, permite ultrapassar as fronteiras do grupo familiar para explorar a relação com a realidade social mais ampla. Salienta que “a terapia com a família obriga-nos a reconhecer as contradições, os papéis e os estereótipos sociais que influenciam fortemente tanto o núcleo familiar como a equipe técnica.” (ANDOLFI, 1981, p. 17)

Neste sentido, a família é essencial no bom prognóstico do paciente por representar um elo de ligação entre o indivíduo e o meio social.

Percebemos que, na atualidade, a família é chamada a assumir, dentre outras funções, o cuidado e auxílio através da participação ativa no tratamento psicológico e psiquiátrico dos membros que manifestam um sofrimento mental.

Esta abordagem também é explicitada no livro *A família como paciente*, em que Richter (1979) aponta o tratamento de conflitos grupais como um novo ramo da Psicanálise². O tratamento não se restringe ao indivíduo que precisa de terapia, mas considera-o como um indivíduo que tem a sua estrutura psicológica coadunada à estrutura do grupo do qual faz parte, que é, normalmente, a família.

Frente à demanda pela participação da família no tratamento psicológico de seus membros, o autor realiza o pertinente questionamento

Mas esse progresso na aplicação da psicanálise – que passou dos conflitos individuais para os familiares, do tratamento de um paciente em particular para a terapia da família – levanta uma questão de importância fundamental. Se é verdade que o mal de um indivíduo é, muitas vezes, conseqüência de conflitos grupais dominantes na família, não será também verdade que os problemas familiares têm suas raízes nas condições sociais reinantes? E, nesse, caso, será suficiente o tratamento psicoterapêutico da tensão intrafamiliar, se parte de suas causas se encontra, talvez, em fatores sociais externos? (RICHTER, 1979, p. 12)

² “Disciplina fundada por Freud e na qual podemos, com ele, distinguir três níveis: A) Um método de investigação que consiste essencialmente em evidenciar o significado inconsciente das palavras, das ações, das produções imaginárias (sonhos, fantasias, delírios) de um sujeito. Este método baseia-se principalmente nas associações livres do sujeito, que são a garantia da vaidade da interpretação. A interpretação psicanalítica pode estender-se a produções humanas para as quais não se dispõe de associações livres. B) Um método psicoterápico baseado nesta investigação e especificado pela interpretação controlada da resistência, da transferência e do desejo. O emprego da psicanálise como sinônimo de tratamento psicanalítico está ligado a este sentido; exemplo: começar uma psicanálise (ou uma análise). C) Um conjunto de teorias psicológicas e psicopatológicas em que são sistematizados os dados introduzidos pelo método psicanalítico de investigação e de tratamento.” (LAPLANCHE, 1992, p.384-385)

O autor afirma que a psicoterapia pode levar a resultados positivos quanto à saúde psíquica do indivíduo e da família. Para ele, esta forma de tratamento não é um ajuste às pessoas ou famílias afetadas. Ao contrário, a psicoterapia predispõe o indivíduo ao bem-estar mental, fato que tem papel significativo nesta “ordem social mórbida” (RICHTER, 1979, p. 13). Pontua que, para a efetivação do tratamento, a análise deve-se ampliar para

[...] além dos conflitos da família até às causas dos conflitos, que se situam nas instituições sociais circundantes e, finalmente, até à estrutura geral de nossa ordem social. Pois exatamente como a neurose de um indivíduo pode muitas vezes ser vista como sintoma de um conflito familiar, assim também a neurose da família pode muitas vezes ser interpretada como sintoma de alguma coisa errada na sociedade. (RICHTER, 1979, p. 13)

Neste sentido, Richter (1979) alerta a nova geração de psicoterapeutas e psiquiatras para que ampliem seu espectro de entendimento das perturbações mentais através de uma visão sociológica, para que possam compreender a inter-relação do indivíduo e a família com os fatores sociais relacionados aos problemas que são apresentados em suas clínicas.

Tanto Ackerman (1986) quanto Andolfi (1981) e Richter (1979) assinalam que os impactos da crise social contemporânea produzem, na família, fenômenos patológicos ou distúrbios que exigem tratamento não apenas do indivíduo que os manifesta, mas, também, do grupo familiar do qual faz parte. Esta é uma importante discussão na atualidade, pois, ao atrelarem a família no processo de restabelecimento do indivíduo transcendem a visão biologizante dos problemas mentais ou de ordem afetiva e emocional, relacionando-os aos condicionantes sociais.

Outros autores, entretanto, que também propõem a terapia familiar como forma de tratamento, não abordam de forma mais aprofundada a conceituação teórica, dando mais destaque à prática e à intervenção.

É o caso do livro *Cuidando da família em crise*, de T. Berry Brazelton (1991), que tem como finalidade “tratar de famílias de **verdade**” (p. XIII, grifos nossos) e compreender como elas “lidam com grandes desafios e crises” (p. XIII). Retrata a dinâmica e a organização de cinco famílias **reais**, com dificuldades **próprias** e crises estabelecidas no **interior de cada uma**, que geram um grande mal-estar em sua organização.

As famílias retratadas neste livro tiveram de **enfrentar tipos especiais e sérios de tensão**. Não são todas as famílias que passam por esses problemas, mas todas já temeram ou imaginaram. A oportunidade que temos de **nos identificar com essas mães e pais de verdade**, à medida que superam as suas dificuldades, é a **dádiva** que recebemos. (BRAZELTON, 1991, p.XIV, grifos nossos)

As histórias de vida dos membros destas cinco famílias estão relacionadas a problemas da vida familiar, tais como rivalidade nas relações, adoção, esterilidade, morte de um dos progenitores, doenças e tratamentos.

São problemas que mobilizam a dinâmica familiar, suscitam reações, muitas vezes inesperadas, colocando à prova toda a estruturação que, até então, parecia estar bem alicerçada.

A forma metodológica trilhada nesta obra referente ao tratamento de famílias de verdade, à descrição da história de vida de cada família, às suas características, à

problemática e às soluções tem a sua validade. Isto porque os problemas apontados são observáveis em nosso cotidiano e parecem condizer com as necessidades e contradições da sociedade capitalista.

Entretanto, a forma de encaminhamento dado pelo autor não favorece o entendimento de que os mesmos fazem parte da modificação da estrutura familiar determinada pelo movimento social, e que a origem do relacionamento entre os pares familiares e a forma dos vínculos firmados entre eles transpõem as paredes de suas casas, atrelando-se a uma realidade histórica e social.

Outro exemplo bibliográfico de como a desorganização e os conflitos que emergem na vida familiar atual estão sendo tratados é o livro *Terapia Familiar: resolvendo juntos os problemas*, de Annunziata e Jacobson-Kram (1986). Nesta obra é salientado que

Todas as famílias têm dificuldade em prosseguir em um momento e outro de suas vidas. De forma ideal, os membros da família podem se ajudar a resolver os problemas e manejar o estresse. Às vezes, entretanto, as famílias ficam empacadas em seus problemas e precisam de ajuda. Receber ajuda como família é uma oportunidade de examinar os relacionamentos de uma nova maneira de aprender a trabalhar junto de forma mais efetiva. (ANNUNZIATA e JACOBSON-KRAM, 1996, p. 5)

Segundo os autores, os embates que surgem no âmbito familiar podem levar à dificuldade de relacionamento entre os seus membros. Para lidar com esta situação angustiante, a terapia familiar seria uma alternativa para as famílias

conseguirem ajuda para muitos tipos diferentes de problemas. Ela pode ser altamente efetiva quando as pessoas de uma família têm dificuldade em se relacionar; quando uma criança ou um adolescente demonstra problemas de comportamento; quando uma pessoa da família está deprimida ou ansiosa; ou quando as pessoas se batem, se tocam ou se falam de maneiras que provocam raiva ou mágoa. (ANNUNZIATA e JACOBSON-KRAM, 1996, p. 10)

Diagnosticar que a família necessita de tratamento é um passo importante, no entanto, ater-se somente aos problemas que parecem ser **próprios** desta ou daquela família significa reduzir o campo de intervenção.

Além de livros que pontuam o tratamento clínico e psicoterápico para o enfrentamento das situações familiares conflituosas, observamos também que, em virtude da notória modificação na organização familiar e no desempenho dos papéis sociais a ela inerentes, encontram-se livros destinados a pais que não conseguem lidar com as dificuldades de aprendizagem, comportamentais e afetivas/emocionais de seus filhos.

Pais e educadores ponderam, atualmente, que o grande elemento causador do fracasso escolar refere-se à “indisciplina”, à falta de limites das crianças e dos adolescentes. Pais e professores têm, portanto, queixas em comum. Diferem, no entanto, quando buscam soluções dos problemas, estabelecendo um jogo de transferência das responsabilidades por esta situação angustiante.

No livro *Filhos na escola – dicas e truques para uma vida melhor* (1995), afirma-se que a educação é uma responsabilidade da família e que a criança freqüenta a escola para desenvolver suas habilidades e, nisso, os pais podem ajudá-las, e muito. Pontua-se que não existe fórmula certa para uma boa educação. Por mais que os

livros ensinam, o **bom senso** é que deve nortear todas as ações dos progenitores. Entretanto, é descrito **dez atitudes indispensáveis à boa educação de uma criança, que devem ser levadas a sério pelos pais.**

1. Respeito

Crianças são pessoas e, como tal devem ser respeitadas. [...] Elas aprendem rápido e logo percebem que “respeito com respeito se paga”. Uma criança tratada com carinho e atenção retribuirá da mesma forma. Uma criança bem atendida atenderá da mesma maneira. O respeito entre os pais e entre os filhos deve começar cedo, e ser reforçado com frequência. Assim, durará para sempre.

2. Limites

Não é muito fácil estabelecer limites, principalmente porque implica em disciplina. Uma criança precisa de limites, até para se sentir segura. E esses limites precisam ser definidos com clareza. Mudar de atitude ou de opinião, porque no momento o pai e a mãe estão ocupados ou entretidos com outra coisa, confunde a criança. O não é sempre não, e deve ser acompanhado do porquê.

3. Tempo

Os pais devem evitar dizer a seus filhos “agora, não”. Crianças têm pressa, são imediatistas, não querem discutir seus problemas ou suas dificuldades na próxima semana. Querem conversar agora. [...]

4. Honestidade

Para a criança, honestidade significa confiança, segurança. E é um elemento importantíssimo na relação entre pais e filhos. Descobrir que papai e mamãe mentiram (para ela, principalmente), pode deixar a criança confusa, sem saber em quem confiar.

5. Decisão

“Não sei” é uma expressão proibida, assim como “talvez”. Os pais devem ser firmes quando a criança fizer alguma pergunta – principalmente “eu posso?”. Crianças são mais práticas e diretas que os adultos. E gostam de ser tratadas de forma clara, precisa, decisiva.

6. Disciplina

Disciplina não é sinônimo de punição nem de rigidez. A base da disciplina deve ser, sempre, o cuidado, o desejo de ajudar. [...] Os pais devem começar a pôr ordem em sua vida, se desejarem o mesmo do filho.

7. Responsabilidade

Os pais devem entender que são totalmente responsáveis pelos filhos. Precisam dar a eles um modelo, assim como precisam atender às suas necessidades. As crianças só aprendem a serem responsáveis através do comportamento responsável do pai e da mãe.

8. Firmeza

Para a criança, firmeza significa estabilidade e segurança. Quando os pais estão cansados, ocupados ou entretidos com alguma coisa perdem firmeza. E devem ficar atentos, para evitar que isso aconteça.

9. Amizade

Ter amizade pelos filhos significa estar atento e demonstrar interesse. Todos os dias, todas as horas do dia.

10. Presença

Pais e mães que trabalham fora costumam passar muitas horas longe dos filhos. As crianças reclamam, mas entendem. Pais e mães que trabalham fora costumam dar pouca atenção aos filhos quando chegam em casa. As crianças reclamam, mas não entendem. Com razão. O importante não é a quantidade de horas passadas ao lado dos filhos, mas a qualidade da relação nessas poucas horas. (s/a, 1995, p. 4 e 5)

Muitos pais consideram-se incapazes de resolver problemas referentes à educação dos filhos por não terem certeza do que fazer. A este respeito, no livro é apresentado **dicas e truques** de como acompanhar a vida escolar dos filhos e superar problemas enfrentados na educação dos mesmos. É abordado, ainda neste livro, que pais e professores “atentos” podem ajudar a criança a superar suas **dificuldades** e ter um bom desempenho escolar.

No caso da **criança ser muito agressiva**, é necessário dar-lhe atenção e refletir sobre “os exemplos que tem em casa e, eventualmente, corrigi-los.” (s/a, 1995, p.24). Este comportamento pode estar sendo desencadeado “por um ambiente familiar tenso ou até pela violência do trânsito, da TV, dos filmes e dos desenhos animados. Pode estar com medo.” (s/a, 1994, p. 24)

Caso a criança apresente **problemas de atenção ou de memória** não poderá ir bem na escola. A sugestão, neste caso, é de que, tanto em casa quanto na escola, os adultos despertem a atenção da criança com atividades interessantes e divertidas.

No livro é proposto também conselhos quanto à **disciplina**. Esta deve ser levada em consideração pelos pais, pois é “importantíssima” para o amadurecimento da criança e este fator irá determinar o modo da criança se relacionar com adultos e com várias situações da vida. Considera-se que a disciplina é mais um ato de amor do que punição, sendo fundamental os adultos explicarem sempre o “porquê” das repreensões. Se for usada a força (gritos, castigos ou palmadas), a criança ficará ressentida, com raiva ou agressiva.

Um outro fator apresentado como ameaça ao desenvolvimento da criança é a **insegurança**. Se o pai “tomar o filho pela mão, acreditar nele e compreender os seus problemas” (s/a, 1994, p. 28), a criança conseguirá resolver seus problemas através de tentativas, tornando-se mais segura.

Sugestões que parecem tão **óbvias e de simples execução** revelam que o grau do conflito existente nas relações familiares extrapola esse universo de soluções.

Enquanto os pais clamam por auxílio, delegando a educação de seus filhos à escola por não saberem mais o que fazer com as dificuldades apresentadas, esta instituição, por sua vez, não encontra solução para muitos problemas de comportamento, atenção, disciplina e encaminha os alunos a profissionais especializados, que também não irão fornecer prognóstico positivo sem a ajuda dos pais. Este é o movimento social que se desenvolve aos nossos olhos, fruto das relações históricas estabelecidas.

O livro *Os filhos no contexto familiar e social*, de Ronald Pagnoncelli Souza (1989), assinala o conflito que emerge na relação escola e pais no que concerne a educação dos filhos.

Se obtivemos um grande progresso na educação escolar, com a formação de técnicos habilitados, com o desenvolvimento de gabinetes de orientação educacional e pedagógica, com a modificação dos currículos e com sua adaptação aos diferentes níveis sócio-culturais, e se percebemos um notável esforço no desenvolvimento da educação pré-escolar, **o contrário parece estar ocorrendo do lado dos pais**. Sim, porque **quanto mais a escola assume a educação de nossos filhos e quanto mais cedo acolhe-os para exercer uma verdadeira tutela** – como é o caso da creche e a Maternal – mais sentimos amparados e, ao invés de apenas nos valermos de tal ajuda para complementar uma boa educação familiar, tendemos a **entregá-los inteiramente à responsabilidade dos professores**, imaginando recebê-los completamente prontos para se interarem na vida em sociedade. (p. 24, 1989, grifos nossos)

O autor salienta que a atribuição de funções próprias da família à escola pode ser compreendida por estarmos inseridos em uma sociedade em que a competição e o consumo vêm sendo a tônica do momento e, também, por vivermos num país onde reiterados erros políticos condicionaram padrões de vida inadequados à realidade. Diante disto, não se pode esperar “bom senso, tranqüilidade, moderação nas exigências, planos sem imediatismos e espírito voltado à educação dos filhos como ingrediente fundamental para um futuro bem sucedido” (SOUZA, 1989, p. 25).

A maioria dos pais encontra-se em estado de imobilidade e perplexidade, entretanto, o autor reitera que é fundamental reconhecer que a educação adquirida no lar e alicerçada no calor afetivo do convívio com pais não poderá ser substituída por nenhuma outra instituição. O autor atesta que

É fácil concluir, e todos intimamente sabem, que é preciso arranjar um tempo útil para dar aos filhos, seja para planejar sua educação, para escolher a melhor escola, para acompanhar seu desenvolvimento e seu progresso. Se não houver quantidade de tempo, pelo menos qualidade, ou seja, aproveitamento do tempo dedicado aos filhos. Só assim haverá oportunidade de conviver, para propor-se ao diálogo, para ouvir as proposições e as dificuldades deles. Surgirão, naturalmente, novos métodos e soluções para os impasses. O resultado, será, no mínimo, uma sensação de bem-estar íntimo e de dever cumprido ou, com grande possibilidade, a obtenção do que os pais mais desejam: a amizade dos filhos. (SOUZA, 1989, p. 27)

Percebemos que o tom do discurso tanto nesta quanto na obra citada anteriormente é chamar a atenção dos pais para assumirem a responsabilidade pela educação de seus filhos e não delegarem esta função à instituição escolar. Esta forma de discurso denuncia algo mais amplo e reitera que pensar sobre questões candentes da educação de pais e filhos, da família, não é nada simples.

Cabe aqui assinalar que a família, assim como a escola, não pode ser considerada de forma abstrata, dissociada de sua condição histórica e sócio-cultural. Quando há confusão das funções entre família e escola a respeito da educação dos filhos/alunos, é certo que na sociedade como um todo a situação é idêntica. Neste sentido, culpabilizar o aluno, a família ou a escola pelos insucessos, incapacidades, ou dificuldades comportamentais e emocionais não proporciona uma análise mais profunda dos elementos constitutivos desta confusão generalizada.

Um outro tipo de fonte, ainda, é interessante para mapear o modo pelo qual os conflitos que permeiam a família na **sociedade capitalista** estão sendo discutidos, solucionados ou amenizados. Comentários e trechos de matérias jornalísticas de alcance nacional, também permitem configurar a organização familiar na nossa

sociedade. As cenas cotidianas da relação familiar podem ser identificadas em diversos artigos que abordam os conflitos no casamento.

O artigo *Até que o casamento os separe*³, relata que, nas últimas décadas, brasileiros e brasileiras convivem cada vez menos com quem acham que não vale a pena, fazendo do casamento para a vida toda algo cada vez mais raro. A terapeuta de casais e professora titular do departamento de psicologia da Pontifícia Universidade Católica (PUC), Terezinha Féres Carneiro, salienta, nesta matéria, que

quando o assunto é casamento (como em muitos outros, aliás) homens e mulheres pensam diferente, reagem diferente, têm diferentes expectativas, e, sem uma boa dose de compreensão e boa vontade mútua, não há união que resista ao embate de *la difference*, por mais que a ela se dêem vivas. (OYAMA; BYDLOWSKI, 2000, p. 121)

Este artigo, ao descrever a falta de entrosamento entre o casal e a dificuldade de diálogo, confirma as **crises do relacionamento familiar**. É salientado, ainda, a importância da **vontade do indivíduo**, como um indicador da durabilidade das uniões conjugais, ao lado do divórcio, que, de certa forma, vem confirmar o peso da **liberdade de escolha dos parceiros**.

Ainda nesta perspectiva, o artigo, *O casamento morreu. Viva o casamento*.⁴, assinala que casar está em alta, mas tem pouco a ver com o “até que a morte os separe” de antigamente. A psicoterapeuta Thereza Rezende diz que ao invés de

³ OYAMA, Thás & BYDLOWSKI, Lízia. **Revista Veja**. São Paulo, ano 33, nº 13, p. 121-125, março, 2000.

⁴ VEIGA, Aida & GRANATO, Alice. **Revista Veja**. São Paulo, ano 32, nº 32, p. 99-105, agosto, 1999.

pensarmos que o casamento é uma instituição falida e sem futuro, devemos acreditar que a união matrimonial pode

muito bem ser feliz, ser firme, gerar filhos – e acabar. Mais ainda: vencida a notória dificuldade (principalmente feminina) de arranjar novo parceiro, nada impede de que o descasado, ou descasada, se case e seja feliz de novo – até, quem sabe, a próxima separação. (VEIGA; GRANATO, 1999, p. 98-99)

No artigo é discutido que a concepção de casamento, atualmente, está intrinsecamente atrelada ao tipo de relacionamento que se busca, pois a maneira das pessoas se relacionarem mudou. “Saem as juras de amor eterno, a mulher obediente, o marido provedor de tudo. Entram as exigências de afinidade, sexo satisfatório, respeito e divisão de despesas.” (VEIGA; GRANATO, 1999, p. 100).

A temática do divórcio vem confirmar o **peso da liberdade da escolha dos parceiros**. As pessoas não precisam mais da eternidade do casamento; ao contrário, têm a liberdade para se casar quantas vezes quiserem. Neste sentido, o que impera nos relacionamentos afetivos é a **superficialidade**; a intimidade com o outro e consigo é rara.

Esta dinâmica instalada nos relacionamentos é condizente com o neoliberalismo, filosofia da sociedade capitalista, uma vez que todas as relações são permeadas pela velocidade, tudo deve ser rápido para que as pessoas possam “**ter de tudo um pouco**” sem sacrifícios para si e para os outros, conforme os discursos dos defensores dessa política.

Em função da liberdade de escolha dos cônjuges e da tendência cada vez maior ao divórcio, o artigo *Leia antes do sim*⁵, considera que, antes do casamento, é sinal de sabedoria o casal assinar um **acordo de separação de bens**.

Nada como uma cerimônia de casamento! Amor, felicidade, planos cheio de cumplicidade uma vida toda a ser curtida a dois. A cena é tão perfeita que mal percebemos que o quadro coincide com o início de uma sociedade com tantos meandros quanto qualquer outra. Sociedade, sim. Tudo bem, não foi criada para dar lucros (em alguns casos, até pode dar...) nem contará com ações na Bolsa de Valores, mas envolverá sócios com patrimônio próprio, que terão conta bancária, despesas, dívidas e que adquirirão outros bens no decorrer da convivência. Um imbróglio e tanto caso a sociedade naufrague e os direitos e deveres de cada um estejam bem claros. (CORRÊA, 2001, p. 183)

A comunhão parcial dos bens, apresentada como uma atitude objetiva e necessária em uma união, não significa “falta de romantismo”, mas, “é sabedoria, para evitar dor de cabeça.” (CORRÊA, 2001, p. 183)

Seguindo a mesma premissa, o artigo *No meio do caminho tinha ... dinheiro*⁶ salienta que o principal motivo de conflitos que levam um casal à separação é o **dinheiro**. Neste sentido, “informar-se sobre as finanças e preparar o terreno são as melhores armas para não sair do casamento sem prejuízo – mesmo que não se tenha filhos nem se queira receber pensão do ex-marido.” (PEDRAL, 2002, p. 176)

A importância dos cuidados que devem ser tomados antes do casamento, principalmente com os bens materiais de cada um, expressa muitos dos conflitos interpessoais e desentendimentos entre os membros familiares.

⁵ CORRÊA, Fabiana. **Revista Claudia**. São Paulo, ano 40, nº 04, p. 183, abril, 2001.

⁶ PEDRAL, Sibelle. **Revista Claudia**. São Paulo, ano 41, nº 05, p. 176, maio, 2002.

A inconstância a que ficam submetidos os homens em tempos de igualdade faz com que se unam constantemente em socorro uns aos outros. Porém, essa união pode não ser duradoura e nem profunda pela própria “agitação” que caracteriza esta sociedade.

Dado o sinal de partida em que cada um se torna responsável pelo **seu enriquecimento**, pela conquista do **seu bem estar material** ou pela **sua sobrevivência**, os homens não podem dedicar muito tempo na solidariedade ao outro. Estas características infiltraram-se por toda as relações da sociedade, inclusive as familiares. (TESSARO, 1993.)

Frente à instabilidade das relações humanas na atualidade, percebemos que os homens contemporâneos tendem a estabelecer **vínculos cada vez mais distantes e relativizados**.

Esta forma de relacionamento é potencializada na era tecnológica da internet, onde as pessoas se conhecem sem se verem e envolvem-se em romances com pessoas estranhas.

O artigo *Tecla comigo, vai...*⁷ aponta para o fato de que a internet deixou de ser refúgio para quem apresentava problemas amorosos para se tornar uma valiosa ferramenta mesmo para quem nunca encontrou dificuldade em namorar. Razões para o “namoro pontocom” não faltam. Além da maioria absoluta dos que se propõem a sair com alguém que conheceram via internet estar cansada de “gastar

⁷ PINHEIRO, Daniela. **Revista Veja**. São Paulo ano 35, nº 46, p. 76-83, novembro, 2002.

tempo e saliva” com gente que acreditava não valer a pena, há a possibilidade de escolher, com exatidão, o tipo de pessoa que está procurando, através de uma pré-seleção.

Você simplesmente descarta aquele sujeito que assumiu ser um consumidor voraz de livros de auto-ajuda ou a garota fumante sem precisar ter gasto horas contando onde passou a infância ou qual é a sua opinião sobre a culinária japonesa. (PINHEIRO, 2002, p. 79)

Outra “vantagem” dos encontros on-line, descrita na matéria, é a facilidade em conhecer gente de profissões e cidades que jamais se imaginou.

Nesses artigos, destaca-se o fato de que os encontros pela internet subverteram a ordem de como se começa um namoro. Se na paquera tradicional a aparência física é um desempatador, nas conversas on-line torna-se um mero detalhe. Como as primeiras conversas são anônimas, as pessoas sentem-se mais propensas a serem honestas e deixar transparecer suas emoções. Entretanto, aqueles que pretendem ter uma **relação virtual** devem informar-se sobre alguns códigos de conduta fundamentais para evitar “picaretas, psicopatas e decepções amorosas” (PINHEIRO, 2002, p. 81).

Parece não haver uma forma certa ou adequada, um modelo definido de como as pessoas devem se relacionar e que, evidentemente, dê certo. Este é o **sintoma da crise social de nossa época**. As crises manifestam-se quando suas instituições e seus mecanismos parecem, repentinamente, não mais funcionar. (TESSARO, 1993)

No artigo *Os meus, os seus, os nossos*⁸, é enfatizado que novos costumes estão mudando a família brasileira. A família convencional, constituída pela perpetuidade do casamento, ainda é comum, mas, está sendo destituída rapidamente. Como consequência, dentro de 20 anos, a família nuclear, composta de pais e filhos de um primeiro casamento, será minoria no país.

Antigamente, era fácil entender o desenho de uma família. Nele cabiam pai, mãe e filhos, avós, tios, sobrinhos, primos e primas. Eram relações de parentesco que se estabeleciam uma única vez e perduravam a vida toda. A mudança desse padrão em resultado tem novos e surpreendentes quebra-cabeças familiares. Filhos de pais que se separam, e voltam a se casar, vão colecionando uma notável rede de meios-irmãos, meias-irmãs, avós, tios e tias adotivos. (GRANATO; DE MARI, 1999, p. 109)

Estes artigos demonstram que a **instabilidade nas relações** deve perdurar até que os **padrões familiares adequem-se aos novos tempos**.

Segundo consta nesta matéria, o rearranjo no quadro familiar não significa o fim das famílias felizes, pois as mudanças nesse perfil têm sido acompanhadas de uma aceitação cada vez maior do novo padrão familiar. Há alguns anos atrás, o divórcio era um estigma que marcava pais e filhos.

É salientado, ainda nesta reportagem, que essa transformação na estrutura familiar é decorrente de várias razões. A primeira, produto da revolução sexual e comportamental dos anos 60 e 70, levou as pessoas a se tornarem mais objetivas e menos hipócritas em seus relacionamentos afetivos. De acordo com a antropóloga Maria Coleta de Oliveira, do departamento de antropologia da Universidade Estadual

⁸ GRANATO, Alice & DE MARI, Juliana. **Revista Veja**. São Paulo, ano 32, nº 11, p. 109-111, março, 1999.

de Campinas, havia uma enorme pressão da sociedade e da Igreja para que o casamento não fosse desfeito, mesmo que estivesse ruim e o casal infeliz, em nome da unidade familiar e de uma suposta felicidade dos filhos.

Outro fator que contribuiu para a mudança refere-se à migração do campo para a cidade e o ingresso da mulher no mercado de trabalho.

Num ambiente urbano, em que homens e mulheres estudam e trabalham fora, é natural que novos relacionamentos se estabeleçam mais facilmente do que na época em que se vivia uma existência cheia de controles sociais no interior.” (GRANATO; DE MARI, 1999, p. 110)

É reiterado, nesta reportagem, que a mulher desempenha um papel importante no orçamento doméstico e tem mais liberdade e autonomia no relacionamento conjugal.

Este aspecto também é descrito na matéria *Os donos-de-casa*⁹, que aponta para o número de pais que, pelo aumento da presença feminina no mercado de trabalho e, também, na renda do casal, trocam de lugar com a mãe: é a “mamãe quem foi trabalhar e o pai está ali para passar, lavar e preparar a comida.” (CHIARI, 2000, p. 91). De 70 para cá, houve uma mudança significativa no papel da figura paterna.

Nessa época, o pai perdeu a primazia de ser chefe de família por força das circunstâncias, ou seja, o marido perde o emprego e, perante a dificuldade de voltar ao mercado, se acomoda no papel de **dono-de-casa**. Raramente isso acontece por opção do marido, mas, por **necessidade**. A matéria finaliza dizendo que “a inversão

⁹ CHIARI, Tatiana. **Revista Veja**. São Paulo, ano 33, nº 19, p. 91, maio, 2000.

de papéis é apenas uma **alternativa** para lidar com as variantes de um mundo dinâmico.” (CHIARI, 2000, p. 91, grifos nossos)

Na mesma perspectiva, o artigo *Já fez o dever de casa?*¹⁰ assinala que, nas últimas décadas, as mulheres obtiveram conquistas notáveis no campo profissional, com a ascensão no mercado de trabalho. Entretanto, na esfera pessoal, a maioria se mostra confusa para lidar com a multiplicidade de papéis.

A terapeuta de família Gladis Brum, salienta, nesta matéria, que é muito difícil para a mulher administrar os papéis que são exigidos dela: provedora, junto com o homem, na parte econômica; alicerce emocional da família; e profissional bem sucedida. Diante desta gama de atividades, as mulheres sentem que irão fracassar em alguns desses compromissos e o maior temor é fracassar como mãe.

Frente a estes artigos, percebemos como a família vive as interferências do mundo social, de novas realidades históricas que produzem efeitos no interior da família, na relação mãe-filho e nos vínculos estabelecidos.

Em virtude do rearranjo da estrutura e dinâmica familiar, surgem dúvidas e questionamentos na forma dos pais educarem seus filhos. Não faltam artigos de profissionais que sugerem soluções e alternativas para dificuldades enfrentadas pelos pais.

¹⁰ ROSSI, Valéria. **Revista Veja**. São Paulo. Ano 35, nº17, p. 70-71, agosto, 2002.

Um exemplo é o artigo *Criar adultos dignos é o desafio dos pais atuais*¹¹, da filósofa Tânia Zagury, em que afirma que, nas últimas quatro décadas, parecem ter ocorrido grandes mudanças no âmbito familiar. Tanto que os pais se deparam com perguntas da seguinte natureza: “qual é, atualmente, o mais importante objetivo da educação?” ou “o que é ser bom pai hoje?” e ainda “o que é um filho legal?” Zagury propõe que

Criar adultos dignos – tarefa prioritária da família – depende basicamente de duas coisas: a maneira pela qual nós, pais, vivemos no dia-a-dia e da confiança que temos nos valores que guiam nossas ações. **É necessário sermos íntegros** e não duvidarmos da força dos nossos princípios. Quando crianças e jovens percebem **nos seus mais fortes modelos (nós, pais!)** confiança inabalável na retidão, na cooperação, na honra – independente do que estejam fazendo os vizinhos parentes e amigos – eles muito provavelmente também acreditarão. Se, ao contrário, já que há tanta corrupção e impunidade, os próprios pais começam a lascar ou a repetir “que o Brasil não tem jeito”, em que acreditarão seus filhos? **O perigo maior para um jovem não são as drogas: é não crer no futuro e na sociedade.** A falta de esperança essa sim, é que pode levar à depressão, ao **individualismo**, ao consumismo exacerbado, à marginalidade e às drogas. (ZAGURY, 2001, p. 316, grifos nossos)

Este artigo demonstra, bem como os outros, os embates vividos entre pais e filhos na sociedade capitalista. A confusão de papéis, de funções e limites caracteriza as relações familiares burguesas, causando uma sensação angustiante de não saber as conseqüências da dinâmica instalada no lar.

Pelos destaques feitos, vimos que as publicações e artigos pesquisados, cujos fragmentos mais significativos procuramos reproduzir, relacionam, uns mais e outros menos, as mudanças na dinâmica familiar com o movimento social. Entretanto, **não relacionam tais modificações a questões históricas que determinaram a estrutura das relações familiares na atualidade.**

¹¹ ZAGURY, Tânia. *Revista Claudia*. São Paulo, ano 40, nº 36, p. 316, outubro, 2001.

Além disso, constatamos que tais produções têm como ponto unívoco que a família está mudando e, com isso, novas funções e necessidades emergem, bem como tratamentos e soluções para amenizar situações conflitantes desta época histórica. Através deste pressuposto estuda-se o presente, sem que, no entanto, o processo de transformação social e histórico seja explicitado. Conseqüentemente, essa postura restringe o próprio entendimento do presente, por ficarmos com a idéia vaga de que a família mudou e está mudando.

Estas análises fragmentadas das situações familiares condizem com os ideais neoliberais e o pensamento pós-moderno em função de retirar os fundamentos históricos e contraditórios da sociedade capitalista, o que impossibilita a aquisição de um saber universal e totalitário.

Neste sentido, o indivíduo é compreendido como o criador e o consumidor absoluto, que determina o que produz, a quantidade e a finalidade do produto. Exerce absoluto poder autônomo sobre sua propriedade. Nega qualquer controle, qualquer autoridade externa, determinada, centralizada, e pleiteia a limitação de qualquer órgão de controle.

De maneira geral, esta forma de entendimento das situações familiares fundamenta-se na concepção de história de que há uma evolução linear necessária de um estágio para outro, fluindo num contínuo e implicando sempre em melhora. O caminho percorrido parece predeterminado, pois, um estado leva necessariamente ao outro e seu fim está também, desde o início estabelecido. As estruturas básicas da sociedade não se transformam, permanecem definitivas em qualquer estágio de

desenvolvimento, elas apenas vão se aperfeiçoando. As mudanças sociais processam-se dentro de uma ordem, condição indispensável para o progresso.

Segundo esta visão, a história representa o esquema de toda evolução da humanidade, confirmando-se tanto no desenvolvimento da vida dos indivíduos quanto na história humana. Por este prisma, os fenômenos e relações burguesas da sociedade capitalista são compreendidos como naturais e independentes na constituição de homens reais.

Contudo, entendemos que a crise familiar não é um fato que se explica por si mesmo. Analisar e compreender esta problemática só tem sentido se conectarmos ao movimento, às transformações, à luta que se vem travando na **produção de vida dos homens**. Através desta perspectiva temos o intuito de perceber que o movimento da dinâmica familiar não se distingue do movimento conjunto das relações dos homens.

Nesta perspectiva, nossa análise não terá como ponto de partida as relações atuais, mas sim, a incursão na história, que contribuirá para identificar a origem da dinâmica das relações internas e gerais da família burguesa, fruto do movimento do processo produtivo da sociedade capitalista, em que sua estrutura e dinâmica influenciam a vida familiar, gerando novos conflitos e soluções.

É evidente que este exercício de olhar para o passado na tentativa de explicar o presente, em suas múltiplas determinações, força-nos a trabalhar com o pressuposto de que as contradições fazem parte do movimento histórico e são resultados de

lutas produzidas pelos homens no processo de produção de sua sobrevivência enquanto seres sociais.

A busca da compreensão das dificuldades do relacionamento familiar impõe trabalhar com um processo complexo, contraditório e histórico em que os homens se estruturam e se desestruturam em função de novas necessidades produzidas socialmente, reflexo do processo de transformação das estruturas e relações sociais. O que nos parece ponto primordial para a análise é compreender a família, como instituição social que se desorganiza e se modifica juntamente com o movimento de transformação da vida.

Percebendo este processo como resultante da ação de homens reais que, no interior das classes em luta, dão movimento à história, será possível evidenciar as demandas sociais que determinaram uma nova configuração da família na atualidade.

Entendemos que discutir e refletir sobre a dinâmica familiar atual, atendo-se às particularidades e individualidades, como se fosse algo à margem da totalidade social e histórica, é uma tarefa árdua, cujos resultados podem ser tão cindidos e difusos que não contribuem para uma compreensão das diferentes situações familiares que os homens enfrentam.

Nesta perspectiva, procuramos nos distanciar de tal procedimento, abordando as questões familiares a partir de um eixo teórico que nos permita entendê-las como parte do movimento histórico e social.

CAPÍTULO II

AS GRANDES TRANSFORMAÇÕES HISTÓRICAS DO SÉCULO XIX COMO PALCO DAS MUDANÇAS NO ÂMBITO FAMILIAR

2.1. A revolução no mundo do trabalho e da produção: fundamentos da família burguesa

Entendemos que a organização e a dinâmica da família atual são resultados de uma tendência histórica, imanente ao movimento da produção capitalista, que cria condições para que esta instituição social repouse sobre o “capital, sobre o lucro do privado”. (MARX & ENGELS, 2001, p. 83)

Por este prisma, compreendemos que as determinações do mundo do trabalho¹ fazem-se sentir no âmbito familiar², uma vez que as relações sociais estão diretamente ligadas à atividade produtiva dos homens. Marx (1974) postula que

¹ De acordo com o materialismo histórico-dialético, o trabalho é, em primeira instância, o elemento principal para a produção e reprodução da vida humana. Porém, são as relações de trabalho que dão origem às relações sociais e políticas. Quando as relações do mundo do trabalho vão se alterando, por natureza, também se alteram as relações sociais. O aprofundamento desta temática pode ser feita em: MARX, Karl & ENGELS, Friedrich. **Ideologia Alemã**. São Paulo: Martins Fontes, 1998.

² Segundo Engels (2000), no prefácio à quarta edição (1891) do livro **A Origem da Família, da Propriedade Privado e do Estado**, “até o início da década de sessenta, não se poderia sequer pensar em uma história da família. As ciências históricas ainda se achavam, nesse domínio, sob a influência dos Cinco Livros de Moisés. A forma patriarcal da família, pintada nesses cinco livros com maior riqueza de minúcias do que em qualquer outro lugar, não somente era admitida, sem reservas, como a mais antiga, como também se identificava – descontando a poligamia – com a família burguesa de hoje, de modo que era como se a família não tivesse tido evolução alguma através da história. No máximo, admitia-se que nos tempos primitivos pudesse ter havido um período de promiscuidade sexual. [...] O estudo da história da família começa, de fato, em 1861, com o *Direito Materno* de Bachofen.” (p. 6-7)

[...] O modo de produção da vida material condiciona o processo de vida social, político e intelectual em geral. Não é a consciência dos homens que lhes determina o ser; é, inveramente, o ser social que lhes determina a consciência. A um certo nível de desenvolvimento, as forças produtivas materiais da sociedade entram em contradição com as relações de produção existentes, ou, o que não passa de expressão jurídica, com as relações de propriedade dentro das quais se tinham movido até então. De formas de desenvolvimento das forças produtivas que eram, essas relações transformam-se em entraves dessas mesmas forças produtivas. Surge, então, uma época de revolução social. Com a mudança da base económica, toda a enorme superestrutura é mais ou menos rapidamente destruída. Quando se consideram tais destruições, é necessário distinguir sempre entre a destruição material das condições económicas da produção – que se pode comprovar de uma maneira cientificamente rigorosa – e as formas jurídicas, políticas, religiosas, artísticas ou filosóficas, em resumo, as formas ideológicas através dos quais os homens tomam consciência desse conflito e os levam *até o fim*. Pela mesma razão que não se julga um indivíduo pela idéia que ele faz de si próprio, assim, não se poderá julgar essa época de destruição pela consciência que ela tem de si própria. Deve-se é explicar essa consciência pelas contradições da vida material, pelo conflito que existe entre as forças produtivas sociais e as relações de produção. Uma formação social não desaparece nunca antes de estarem desenvolvidas todas as forças produtivas que ela pode conter, e relações de produção novas e superiores não substituem nunca as relações anteriores antes que as condições materiais de existência dessas relações tenham *desabrochado* no próprio seio da velha sociedade.” (MARX & ENGELS, 1974, p. 27-28).

Conduzidos por essa diretriz metodológica, apreendemos que diferentes momentos históricos produzem homens com diferentes comportamentos e vínculos sociais. Conseqüentemente, podemos pensar que as relações estabelecidas no âmbito familiar são constituídas pela mesma premissa, ou seja, a transformação social, ocasionada pela mudança na forma dos homens produzirem a vida³, provoca

³ Marx (1982b), salienta que a produção dos indivíduos sociais, independente do momento histórico ou do desenvolvimento social, possui características e determinações comuns. Para ele, “[...] A *produção em geral* é uma abstração, mas uma abstração razoável, na medida em que, efetivamente sublinhado e precisando os traços comuns, poupa-nos a repetição. Esse caráter geral, contudo, ou esse elemento comum, que se destaca através da comparação, é ele próprio um conjunto complexo, um conjunto de determinações diferentes e divergentes. Alguns desses elementos comuns pertencem a todas às épocas, outros apenas são comuns a poucas. Certas determinações serão comuns à época moderna e à mais antiga. Sem elas não se poderia conceber nenhuma produção, pois se as linguagens mais desenvolvidas têm leis e determinações comuns às menos desenvolvidas, o que constitui seu desenvolvimento é o que as diferencia desses elementos gerais e comuns. As determinações que valem para a produção em geral devem ser precisamente separadas, a fim e que não se esqueça a diferença essencial por causa da unidade, a qual decorre já o fato de que o sujeito

modificações na vida familiar. **A história da família corresponde às transformações no processo de trabalho** que determinam as relações que os homens mantêm entre si nas diferentes instâncias da vida.

Transformar a sociedade e produzir novos comportamentos e relações humanas são tarefas, portanto, que se sobrepõem à família, sendo conseqüência de uma prática social. Compreender a família como produto do processo histórico significa, em última instância, compreender o próprio homem no processo de transformação social.

Engels (2000) assinala que o estado da sociedade, produto histórico da atividade contraditória de várias gerações, modifica-se conforme se alteram as condições do trabalho e da produção.

A ordem social em que vivem os homens de determinada época ou de determinado país está condicionada por essas duas espécies de produção: pelo grau de desenvolvimento do trabalho, de um lado, e família de outro. Quanto menos desenvolvido é o trabalho, mais restrita é a quantidade de seus produtos e por conseqüência, a riqueza da sociedade; com tanto maior força se manifesta a influencia dominante dos laços de parentesco sobre o regime social. Contudo, no marco dessa estrutura da sociedade baseada nos laços de parentesco, a produtividade do trabalho aumenta sem cessar, e,

– a humanidade – e o objeto – a natureza – são os mesmos. [...] Por exemplo, não há produção possível sem um instrumento de produção; seja esse instrumento apenas a mão. Não há produção possível sem trabalho passado, acumulado; seja esse trabalho a habilidade que o exercício repetido desenvolveu e fixou na mão do selvagem. Entre outras coisas, o capital é um instrumento de produção, é também trabalho passado e objetivado. Logo, o capital é uma relação natural, universal e eterna. Mas o é com a condição de deixar de lado precisamente o que é específico, o que transforma 'o instrumento de produção' 'trabalho acumulado' em capital. [...]

Se não existe uma produção em geral, também não pode haver produção geral. A produção é sempre um ramo *particular* da produção – por exemplo, a agricultura, a pecuária, a manufatura, etc. -, ou ela é *totalidade*. [...]

Finalmente a produção também não é apenas uma produção particular, mas é sempre, ao contrário, certo corpo social, que exerce sua atividade numa totalidade maior ou menor de ramos de produção.“ (MARX, 1982b, p. 4-5, grifos no original).

com ela, **desenvolvem-se a propriedade privada e as trocas, as diferenças de riqueza, a possibilidade de empregar força de trabalho alheia**, e com isso a base dos antagonismos de classe: os novos elementos sociais, que, no transcurso de gerações, procuram adaptar a velha estrutura da sociedade às novas condições, até que, por fim, a incompatibilidade entre estas e aquela leva a uma revolução completa. A sociedade antiga, baseada nas uniões gentílicas, vai pelos ares, em consequência do choque das classes sociais recém-formadas; dá lugar a uma nova sociedade organizada em Estado, cujas unidades inferiores já não são gentílicas e sim unidades territoriais – uma sociedade em que o regime familiar está completamente submetido às relações de propriedade e na qual têm livre curso as contradições de classe e luta de classes, que constituem o conteúdo de toda a história escrita, até os nossos dias. (ENGELS, 2000, p. 2-3, grifos nossos)

A transformação social implica na substituição de comportamentos e hábitos que não condizem com as novas necessidades de produção da vida. Ao mesmo tempo em que estes são socialmente destruídos, outros novos têm que ser aprendidos. Por este prisma, **novas formas de organização familiar são estruturadas quando as relações produtivas se alteram fundamentalmente.**

Assim, através do resgate histórico e da dinâmica da economia, podemos acompanhar o complexo processo de emergência da família burguesa e da redução das relações familiares a “meras relações monetárias.” (MARX & ENGELS, 2001, p. 69)

Entendemos que o marco importante das mudanças sociais que deram origem à estrutura familiar burguesa situa-se no século XIX, pois foi nesse período que o modo de produção material, baseado no consumo, comercialização e troca (circulação) de mercadorias, tornou-se hegemônico.

Observa-se, nessa época, o acirramento das contradições na organização e dinâmica da sociedade feudal diante do desenvolvimento de **novos padrões de acumulação**. Conseqüentemente, a forma de ser e de se relacionar dos homens sofreram transformações. A uma nova sociedade correspondem novos homens e, portanto, novos hábitos, costumes e comportamentos.

Neste sentido, a análise de como passaram a ser as relações de trabalho e de produção com a dissolução da sociedade feudal e estruturação da sociedade capitalista é fundamental, pois, este processo repercute na organização familiar.

A maneira como os indivíduos manifestam sua vida reflete exatamente o que eles são. O que eles são coincide com sua produção, isto é, tanto com o *que* eles produzem quanto à maneira *como* produzem. O que os indivíduos são depende, portanto, das condições materiais de sua produção. (MARX e ENGELS, 1998, p.11)

O modo de produzir a vida determina o tipo de homem do qual a sociedade precisa para se reproduzir. No processo de transformação social, em função das idéias que revolucionaram a sociedade e das necessidades de produção que não podem ser satisfeitas pela antiga forma⁴, os homens deixam de ser o que eram e são levados a alterarem seu universo de relações.

[...] os meios de produção e de troca à base dos quais veio se constituindo a burguesia foram produzidas no interior da sociedade feudal. Num certo estágio de desenvolvimento desses meios de produção e de troca, as condições nas quais a sociedade feudal produzia e trocava, quer dizer, a organização feudal da agricultura e

⁴ Marx e Engels (2001), reiteram que quando se fala em idéias que revolucionam por completo uma sociedade, enuncia-se que, dentro da velha sociedade, se formaram os elementos de uma sociedade nova e que a dissolução das velhas idéias marcha a par da dissolução das antigas condições de existência.

da manufatura, numa palavra, as relações feudais de propriedade, deixaram de corresponder às forças produtivas já desenvolvidas. Tratavam a produção ao invés de impulsioná-las. Transformaram-se em outras tantas cadeias. Precisavam ser despedaçadas e foram despedaçadas. (MARX & ENGELS, 2001, p. 71)

O estabelecimento de novas exigências, gerado pela troca de mercadorias, leva gradativamente ao esfacelamento das instituições, costumes e relações feudais que não condizem com a nova forma de produção de riquezas e que se tornam obstáculo à organização social emergente.

A desestruturação da organização social feudal não ocorre de forma rápida e não é obra de indivíduos isolados, mas, estrutura-se em meio ao processo contínuo e gradual de desenvolvimento da **produção capitalista**.

[...] a produção capitalista só começa realmente quando um mesmo capital particular ocupa, de uma só vez, número considerável de trabalhadores, quando o processo de trabalho amplia sua escala e fornece produtos em maior quantidade. A atuação simultânea de grande número de trabalhadores, no mesmo local, ou, se se quiser, no mesmo campo de atividade, para produzir a mesma espécie de mercadoria sob o comando do mesmo capitalista constitui histórica e logicamente, o ponto de partida da produção capitalista." (MARX, 1982a, p. 370)

No modo de produção capitalista, a manufatura representa a superação do trabalho artesanal, posto que a divisão do trabalho decompôs o todo do ofício medieval em suas operações constitutivas. Esta nova organização elevou a produtividade do trabalho, pois, as atividades, que antes eram executadas por um número de artesãos, com a divisão da produção, passaram a ser realizadas com o mesmo número de trabalhadores atuando de forma coletiva e combinada.

O trabalho parcial executado fez com que o trabalhador se limitasse a poucas operações do processo de produção, tornando-se apenas um trabalhador que corresponde a uma parte de sua profissão, não tendo controle sobre o produto final de seu trabalho, uma vez que o resultado do trabalho de um é o ponto de partida do outro.

A manufatura, portanto, se origina e se forma, a partir do artesanato, de duas maneiras. De um lado, surge da combinação de ofícios independentes diversos que perdem sua independência e se tornam tão especializados que passam a constituir apenas operações parciais do processo de produção de uma única mercadoria. De outro, tem sua origem na cooperação de artífices de determinado ofício, decompondo o ofício em suas diferentes operações particulares, isolando-as e individualizando-as para tornar cada uma delas função exclusiva de um trabalhador especial. A manufatura, portanto, ora introduz a divisão do trabalho num processo de produção ou a aperfeiçoa, ora combina ofícios anteriormente distintos. Qualquer que seja, entretanto, seu ponto de partida, seu resultado final é o mesmo: um mecanismo de produção cujos órgãos são seres humanos. (MARX, 1982a, p. 388-389)

O advento da manufatura em detrimento do artesanato ocorreu como resultado da necessidade de uma nova força produtiva. A destruição de uma forma de trabalho não é algo que ocorre de um momento para outro, mas é no processo de produção da própria vida que o modo de constituição se cria e se solidifica em detrimento do antigo.

O trabalhador da sociedade feudal, cuja característica era dominar tanto no plano teórico quanto no prático a atividade que realizava, foi destruído pela divisão do trabalho decorrente da produção capitalista. A divisão do trabalho não ocorreu somente com aqueles que a executavam, mas, também, com os meios de produção,

os instrumentos de trabalho, que se adequaram às operações realizadas nas diferentes fases do processo produtivo.

[...] logo que as diversas operações de um processo de trabalho se dissociam e cada operação parcial assume nas mãos do trabalhador parcial a forma mais adequada possível e portanto exclusiva, tornam-se necessárias modificações nos instrumentos utilizados para múltiplos fins. O sentido dessa modificação de forma é determinado pela experiência das dificuldades especiais encontradas com a utilização da forma primitiva. A manufatura se caracteriza pela diferenciação das ferramentas, que imprime aos instrumentos da mesma espécie formas determinadas para cada emprego útil especial, e pela especialização, que só permite a cada uma dessas ferramentas operar plenamente em mãos do trabalhador parcial específico. [...] O período manufatureiro simplifica, aperfeiçoa e diversifica as ferramentas, adaptando-as às funções exclusivas especiais do trabalhador parcial. Com isso, cria uma das condições materiais para a existência da maquinaria, que consiste na combinação de instrumentos simples. (MARX, 1982a, p. 392)

A solidificação do capitalismo, como uma tendência universal, fazia-se mediante a desestruturação de todos os setores que compunham a estabilização da sociedade aristocrática e o desenvolvimento das forças produtivas de trabalho através da maquinaria, que englobava uma concentração e uma circulação gigantesca de capital. Marx (1982a) explicita, em *O Capital*, as conseqüências, para o homem, desta modificação nas relações sociais.

A máquina da qual parte a revolução industrial⁵ substitui o trabalhador que maneja uma única ferramenta por um mecanismo que ao mesmo tempo opera com um certo número de ferramentas idênticas ou semelhantes àquela, e é acionado por uma única força

⁵ Movimento que emergiu na Inglaterra na segunda metade do século XVIII e por esse motivo esse país adiantou-se materialmente em relação as demais, tornando-se a economia mais avançada à época do capitalismo competitivo. Fase que se moveu pela necessidade de reproduzir predominantemente a riqueza social, ou seja, pela necessidade de reproduzir o próprio capital. A discussão sobre a Revolução Industrial pode ser encontrada em Karl MARX. **O Capital**: crítica da economia política. Volume I, Livro Primeiro. 1: 7ª ed. Tradução Reginaldo Sant'ana. São Paulo:Difel, 1982.

motriz, qualquer que seja sua forma. Temos então a máquina mas ainda como elemento simples da produção mecanizada. (MARX, 1982a, p. 428-429)

A substituição das ferramentas pelas máquinas, da energia humana pela força motriz e do sistema artesanal pelo sistema industrial constituem um processo de transformação no modo de produção resultante de uma necessidade histórica.

O modo de exploração feudal ou corporativo da indústria até então existente não mais atendia às necessidades que aumentavam com o crescimento dos novos mercados. A manufatura tomou o seu lugar. Os mestres-artesãos foram suplantados pelo estamento médio industrial; a divisão do trabalho entre as diversas corporações desapareceu diante da divisão do trabalho dentro de cada oficina. Mas os mercados continuavam a crescer e continuavam a aumentar as necessidades. A própria manufatura tornou-se insuficiente. Em conseqüência; o vapor e a maquinaria revolucionaram a produção industrial. O lugar da manufatura foi ocupado pela grande indústria moderna; o estamento médio industrial cedeu lugar aos industriais milionários, aos chefes de exércitos industriais, aos burgueses modernos. (MARX & ENGELS, 2001, p. 67)

O colapso das relações feudais e a revolução científica e tecnológica que transformaram as perspectivas do pensamento, os novos comportamentos e hábitos, que ploriferaram entre os homens, apontavam para a tendência histórica da consolidação de um novo modo de produção.

Marx e Engels (2001) assinalam que a burguesia⁶, enquanto classe dominante, revolucionou as relações de produção e, conseqüentemente, as relações sociais,

⁶ Marx reitera que “A sociedade burguesa é a organização histórica mais desenvolvida, mais diferenciada da produção. As categorias que exprimem suas relações, a compreensão de sua própria articulação e nas relações de produção de todas as formas de sociedade desaparecidas, sobre cujas ruínas e elementos se acha edificada, e cujos vestígios, não ultrapassados ainda, leva de arrastão desenvolvendo tudo que fora antes indicado que toma assim toda sua significação etc. **A anatomia do homem é a chave da anatomia do macaco.** O que nas espécies animais inferiores indica uma forma superior não pode, ao contrário, ser compreendido senão quando se conhece a forma superior. A Economia burguesa fornece a chave da Economia da Antiguidade, etc. Porém, não conforme o método dos economistas que azem desaparecer todas as diferenças históricas e vêem a forma burguesa em todas as formas de sociedade. [...] O chamado desenvolvimento histórico repousa em

criando forças produtivas poderosas mundialmente, gerando novas necessidades e exigências.

As transformações econômicas e sociais tornaram-se mais evidentes no século XIX, que pode ser chamado de **a era da civilização burguesa**. Gerada em séculos precedentes, a hegemonia burguesa ganhou força e desenvoltura, modificando a relação do homem com os meios de produção e desenvolvendo, no indivíduo, o espírito “natural” de **acúmulo de propriedades e riquezas que levaram à busca incessante do lucro**.

Onde quer que tenha chegado ao poder, **a burguesia destruiu todas as relações feudais, patriarcais, idílicas**. Dilacerou impiedosamente os variegados laços feudais que ligavam o ser humano a seus superiores naturais, e **não deixou subsistir entre homem e homem outro vínculo que não o interesse nu e cru** (das nackte Interesse), o insensível **“pagamento em dinheiro”**. Afogou nas águas gélidas do **cálculo egoísta** o sagrados frêmitos da exaltação religiosa, do entusiasmo cavalheiresco, do sentimento pequeno-burguês. Fez da dignidade pessoal um simples valor de troca e no lugar das inúmeras liberdades já reconhecidas e duramente conquistadas colocou *unicamente* a liberdade do comércio sem escrúpulos. (MARX & ENGELS, 2001, p. 68-69, grifos nossos)

Marx e Engels (2001) assinalam que o triunfo e a solidificação de uma sociedade que instaurou novas relações entre capital e trabalho reordenam, de acordo com seus preceitos, as relações sociais e imprimem, conseqüentemente, significativas transformações na vida familiar.

geral sobre o fato de a última forma considerar as formas passadas como etapas que levam a seu próprio grau de desenvolvimento, e dado que ela raramente é capaz de fazer a sua própria crítica, e isso em condições bem determinadas – concebe-os sempre sob um aspecto unilateral. (MARX, 1982b, p.17-18, grifo nosso)

O modelo capitalista revolucionou as condições do homem medieval, transformando tudo em objeto de lucro, tanto em trabalho como o seu produto; criou novas necessidades como resultado das relações sociais, alterando inclusive os padrões éticos e morais. A ganância, o desejo do lucro e, conseqüentemente, a riqueza passaram a ser vistos como algo próprio da natureza humana. “[...] O capital é a potencia econômica da sociedade burguesa, que domina tudo”.(MARX, 1982b, p. 19).

À medida que o comércio se amplia, a humanidade se aproxima e a propriedade é dividida, as relações deixam de se dar no interior da família, levando ao esfacelamento da grande família. A sucessão dos bens e a primogenitura, que haviam garantido a sobrevivência da nobreza durante séculos, foram destruídas pelas relações burguesas.

A transformação na forma de produção dos homens levou a modificações nas funções exercidas pela família na sociedade, no modo como ela se integra na produção e na maneira de sustentar seus membros.

Conduzidos pelo enfoque marxista, entendemos o **direito de propriedade** que define a família burguesa⁷. A família está estruturada na sociedade capitalista pela

⁷ Tendência-se, na atualidade, a conceituar família enquanto instituição constituída por indivíduos que moram no mesmo local. Ou, como está definido no Novo Dicionário da Língua Portuguesa (1975), “**1.** Pessoas aparentadas, que vivem, em geral, na mesma casa, particularmente o pai, a mãe e os filhos.[...] **9.** *Sociol.* Comunidade constituída por um homem e uma mulher, unidade matrimonial, e pelos filhos nascidos dessa união.” (FERREIRA, 1975, p. 609). Entretanto, essa idéia se esvai quando pensamos que membros de uma família podem, por exemplo, morar, por inúmeros e divergentes motivos, em outras casas em diferentes localidades ou que estão, ainda, em cárcere fechado. Um outro fator, que poderia definir a família seria os laços consaguíneos, ou “[...] **2.** Pessoas do mesmo sangue. **3.** Ascendentes, linhagem, estirpe. [...] **10.** *Sociol.* Grupo formado por indivíduos que são ou se consideram consaguíneos uns dos outros, ou por descendentes de um tronco

“liberdade de contrato de matrimônio” (ENGELS, 2000, p. 87). Assim, o **ato jurídico** e o **contrato de propriedade** são os fundamentos da família burguesa, uma vez que esta instituição social organiza-se de acordo com o modo do homem produzir a vida.

ancestral (filho natural) e estranhos admitidos por **adoção**.” (FERREIRA, 1975, p. 609). Neste sentido, esta elaboração de consangüinidade cai por terra quando refletimos que filhos adotivos são integrantes de uma família, que não a sua de origem. Assim, “atribuir a um filho de outrem os **direitos** de filho próprio, perfilhar, legimitar” (FERREIRA, 1975, p. 609). Também poderíamos definir família pelos vínculos afetivos e de amor que estruturam-se entre os seus membros. Todavia, percebemos ao longo da história da humanidade que esses vínculos não são herdados, muito pelo contrário, são constituídos socialmente e estabelecidos de acordo com o grau de desenvolvimento da sociedade.

2.2. O processo de modificações nas relações familiares na sociedade democrática como resultado da tendência histórica.

O complexo processo de transformação que vinha ocorrendo no interior da sociedade e na vida humana é descrito e analisado por Alexis de Tocqueville⁸ (1805-1859). Esse historiador, que vive os momentos de maior tensão da primeira metade do século XIX, ao refletir sobre o processo e as dificuldades de seu tempo, trata a história como tendência e revela que o modo de pensar, os valores e aflições extrapolam os limites da simples individualidade.

A descrição de Tocqueville, de como se gesta a sociedade democrática no interior da sociedade aristocrática, é rica de movimento exatamente porque ele vive a fase final do aburguesamento dos homens, detectando suas condições de vida.

Este autor ajuda-nos a definir com clareza, em sua origem, os hábitos e costumes típicos de nossa época e, sobretudo, entender a vida social como resultado da relação conflituosa e dinâmica entre o indivíduo e as tendências históricas. Ele não

⁸ Charles Aléxis de Tocqueville nasceu em Paris, na França em 29 de julho de 1805. Pertencente a uma família da pequena nobreza tornou-se um cientista político, historiador e político. Passou nove meses nos Estados Unidos (1831-32) estudando o sistema penal. Os resultados da viagem a este país encontram-se no livro **Democracia da América** publicado em dois volumes, um em 1834 e o segundo em 1840, no qual ele pensa o cidadão, o novo homem, os comportamentos do homem não feudal no contexto da organização política da França e da América. Em 1839, foi eleito para a Câmara dos Deputados e em 1848 para a Assembléia Constituinte e para a Comissão Constitucional. Em 1849, assumiu o cargo de Ministro das Relações Exteriores. Depois do golpe de Estado foi preso e teve seus direitos cassados por recusar o juramento de fidelidade ao príncipe. Em 1859, escreveu **Lembranças de 1848** e nesse mesmo ano morreu, no dia 16 de abril. Tocqueville serve de referência para estudos que tentem compreender as raízes do comportamento do homem a partir do século XIX, principalmente para aqueles que se propõem a estabelecer relações entre formas de viver de uma sociedade e os comportamentos individuais. Na análise que este autor faz acerca dos percalços da democracia no século XIX, preocupa-se constantemente em apontar a tendência desse movimento contraditório. Essa forma de análise a democracia, aliada a seu método comparativo, permite que Tocqueville seja referência para o entendimento das contraditórias relações que são travadas neste período.

considera o homem e as instituições sociais como eternos, mas procura ver, no movimento social, quais são as tendências da humanidade e como estas tendências afetam os homens.

Tocqueville, ao expor a origem da sociedade burguesa – com suas figuras sociais e com o desenvolvimento da democracia – e comparar seus fundamentos aos da sociedade aristocrática, fornece-nos parâmetros para compreender a estrutura social de nossa época. Assim, expressa em sua obra o movimento da vida em transformação e focaliza o embate das questões humanas em toda a sua complexidade.

Através de seu método histórico-comparativo, analisa os percalços da democracia, no século XIX. Considerando-a como um movimento contraditório, ele confronta os dois momentos históricos os quais o processo envolve (o da sociedade moderna e o da sociedade feudal) e compara as formas de existência do indivíduo nas duas sociedades.

É na sociedade feudal em decadência que Tocqueville encontra a gênese da sociedade burguesa. Para ele, a Revolução Francesa é um marco que separa estes dois momentos distintos, estas duas formas de vida completamente opostas.

Os franceses fizeram, em 1789, o maior esforço no qual povo algum jamais se empenhou para cortar seu destino em dois, por assim dizer, e separar por um abismo o que tinham sido até então do que queriam ser de agora em diante. Com esta finalidade tomaram toda espécie de precauções para que nada do passado sobrevivesse em sua nova condição e impuseram-se toda espécie de coerções para moldar-se de outra maneira que seus pais, tornando-se irreconhecíveis. (TOCQUEVILLE, 1982, p. 43)

Entretanto, este autor deixa claro, em seus escritos⁹, que esta Revolução significou a explosão de idéias que estavam sendo gestadas em período anterior. A sociedade francesa, no limiar da Revolução, apresentava sinais de desarticulação, no sentido de que a ordem tradicional não mais correspondia à estrutura social daquele momento. Neste sentido, a situação revolucionária na França foi conseqüência de uma desarticulação na sociedade tradicional pela descaracterização das classes que a compunham.

Tocqueville salienta que esta Revolução significou o coroamento de uma tendência em funcionamento na sociedade do Antigo Regime.

[...] A Revolução Francesa não teve um território próprio, mais do que isso, teve por efeito por assim dizer apagar do mapa todas as antigas fronteiras. Aproximou ou dividiu os homens a despeito das leis, das tradições, dos caracteres, da língua, transformando às vezes compatriotas em inimigos e irmãos em estranho, ou melhor, formando acima de todas as nacionalidades uma pátria intelectual comum da qual os homens de todas as nações podiam tornar-se cidadãos. (TOCQUEVILLE, 1982, p. 59)

O processo revolucionário francês desencadeou uma série de medidas políticas, condizentes às exigências deste momento. Neste sentido, a Assembléia Constituinte, em 26 de agosto de 1789, promulgou a primeira declaração dos *Direitos do Homem e do Cidadão* que **proclamava a igualdade de todos, por nascimento perante a lei**. A declaração assegurava o direito de todos à **liberdade, à propriedade, à segurança e à resistência à opressão**. Proclamou-se a liberdade do indivíduo e das convicções religiosas, assim como foi afirmado o direito da propriedade sem os privilégios e as arbitrariedades reguladoras da nobreza feudal. A

⁹ Conferir nas seguintes obras de Tocqueville: **O Antigo Regime e a Revolução** (1982) e **A Democracia da América** (1987).

individualidade, liberdade, propriedade, igualdade e democracia expressavam o processo de transformação e revelavam os interesses sociais que há muito se desenvolveram. Estas novas bandeiras sociais demonstram a complexidade do movimento da vida.

Para Tocqueville, a democracia é a expressão histórica do processo de consolidação da sociedade capitalista, pois, considera que os indivíduos são iguais perante a lei e possuem liberdade de escolha. Neste sentido, é fundamental assegurar a liberdade individual, da qual decorrerá a garantia da liberdade econômica, intelectual, religiosa e política.

Nesta perspectiva, é reconhecida a possibilidade de uma sociedade justa, pois a democracia não tem como objetivo a eliminação das diferenças entre os homens, mas, a construção de uma sociedade em que todas as posições da estrutura ocupacional estão disponíveis para os homens de qualquer origem, desde que motivados a competir por elas. Salienta que o suporte da sociedade democrática é o postulado da igualdade entre os homens.

Quando **não mais existem riquezas hereditárias, privilégios de classe e prerrogativas de nascimento**, e cada qual só tira a sua força de si mesmo torna-se visível que é a inteligência que faz a principal diferença entre a fortuna dos homens. [...]

Nos séculos democráticos **esclarecidos e livres**, os homens nada têm que os separe ou os retenha em seu lugar; **elevam-se ou se abaixam com uma rapidez singular**. Todas as classes se vêem constantemente, porque estão demasiado próximas. Comunicam-se e se misturam todos os dias, imitam-se e se invejam; isto sugere ao povo uma infinidade de idéias, de noções, de desejos que ele nunca teria tido, se as posições tivessem sido fixas e fosse imóvel a sociedade. [...]

A partir do momento que a multidão começa a se interessar pelos trabalhos do espírito, descobre-se que um grande meio de atingir a

glória, o poder ou as riquezas, é mostrar-se excelente em alguns dentre eles. A **inquieta ambição** que a **igualdade faz nascer** revela-se logo por este como por todos os lados. (TOCQUEVILLE, 1987, p. 344-345, grifos nossos)

Ao contrário da sociedade aristocrática, o destino do indivíduo não está mais traçado pela posição social. O que determina o poder já não é o nascimento, mas a riqueza adquirida através do trabalho produtivo voltado à troca e à comercialização.

O autor afirma que na democracia os homens são conduzidos pelos princípios da indústria e do comércio, bem como o mundo dos negócios: nada está fixo. Por este prisma, a busca de riqueza ou status social, garantida pela lei da natureza, mobiliza os indivíduos a igualarem-se pois

Quando os homens vivem no seio de uma sociedade democrática são esclarecidos, descobrem sem dificuldade que nada os limita, nem os força a contentar-se com sua sorte atual. Por isso, todos concebem a idéia de aumentá-la e, se são livres, procuram todos fazê-lo, mas nem todos os conseguem da mesma maneira. (TOCQUEVILLE, 1987, p. 343)

Tocqueville aponta que a democracia altera as relações dos homens, mas que, ainda assim, permanece a existência da desigualdade social, que em última instância é o resultado de contratos estipulados por livre vontade dos interessados. A desigualdade na sociedade democrática é, de certa forma, tolerável, pois o gosto pelo bem estar material, que agita pobres e ricos, iguala-os na possibilidade de satisfazê-lo, pelo dinheiro. Nas palavras de Tocqueville

Por mais democráticos que sejam o estado social e a constituição política de um povo, pode-se contar, pois, que cada um dos seus cidadãos sempre perceberá perto de si muitos pontos que o dominam, e pode-se prever que obstinadamente voltará os olhares

para aquele único lado. Quando a desigualdade é a lei comum de uma sociedade, as desigualdades mais fortes de modo nenhum atraem os olhares; quando tudo é mais ou menos nivelado, as menores os ferem. É por isso que o desejo de igualdade se torna sempre mais insaciável à medida que a igualdade é maior. (TOCQUEVILLE, 1987, p.411)

Nesta sociedade, os indivíduos consideram-se soberanos ou senhores de si mesmos. Tal condição propicia a sensação de liberdade, emancipação e autonomia. Sendo assim, não se compelem ao sentimento de obediência e à dependência ao outro.

Tocqueville (1987) alerta que esta liberdade, própria da sociedade democrática, é um risco, pois, **à medida que os indivíduos tornam-se iguais, mais a recusa de ouvir o outro ocorre.** Esta tendência à estimulação da igualdade e exaltação do individualismo é identificada como necessidades inerentes à sociedade democrática.

Individualismo é uma expressão recente, que nasceu por causa de uma idéia nova. Nossos pais apenas conheciam o egoísmo. O egoísmo é um amor apaixonado e exagerado por si mesmo, que leva o homem a nada relacionar senão a ele e apenas a preferir-se a tudo. O individualismo é um sentimento refletido e pacífico, que dispõe cada cidadão a isolar-se da massa de seus semelhantes e a retirar-se para um lado com a sua família e seus amigos de tal sorte que, após ter criado para si, dessa forma, uma pequena sociedade para seu uso, abandona de bom grado e a própria sociedade. (TOCQUEVILLE, 1987, p. 386, grifos nossos)

O processo democrático, correspondente às necessidades burguesas, cria condições de individualização que, se levada às últimas conseqüências, pode impedir a produção e reprodução desses mesmos indivíduos.

Embora introduza grandes bens no mundo, sugere aos homens, [...], instintos muito perigosos; tende a **isolá-los uns dos outros**, para levar cada um a ocupar-se apenas de si mesmo. **Abre desmesuradamente sua alma ao amor dos prazeres materiais.** (TOCQUEVILLE, 1987, p. 333, grifos nossos)

Segundo Tocqueville, o individualismo é gestado no interior da sociedade democrática, é uma enfermidade desse corpo social, pois, além de isolar cada cidadão, tende a desenvolver-se à medida que se igualizam as condições materiais.

A igualdade dos homens perante a lei, a acumulação de riquezas e a dedicação à produção eram princípios que expressavam um novo modo de inter-relacionamento posto na sociedade e condizente aos novos tempos e às necessidades dos indivíduos para com o seu meio social.

A transformação da sociedade no movimento de igualização e individualização perpassa todos os níveis de relação. Com isso, as transformações sociais ocorridas neste momento transitório podem ser verificadas no interior da família, uma vez que “estão estreitamente ligadas à revolução social e política que acaba de se realizar aos nossos olhos.” (TOCQUEVILLE, 1987, p.447)

Segundo o autor, **a nova forma de divisão do patrimônio familiar contribui enormemente para a alteração das relações entre pai e filho.** Ele explica que a divisão igualitária do patrimônio, entre os filhos, deixa as famílias com poucos bens. Dessa forma, o pai e o filho permanecem no mesmo plano e ocupam-se dos mesmos trabalhos.

A forma de produção pautada na troca fraciona o solo e fragmenta a unidade familiar, impossibilitando união de produção, ficando cada qual a mercê de seus próprios cuidados. **Todos os indivíduos passam a competir entre si, independente dos laços familiares que os ligam.**

Em contrapartida, na sociedade aristocrática, o patrimônio não é dividido igualmente, nem mesmo os filhos são iguais. Cada um tem a sua posição e seus privilégios garantidos, conforme sexo e idade. Tocqueville (1987) assinala que, da mesma forma que a indivisibilidade no período aristocrático influencia o espírito da família, a divisão da propriedade dos bens age sobre a “alma dos proprietários”, alterando a estrutura familiar.

Quando a lei de sucessões estabelece partilha igual, destrói a ligação íntima que existia entre o espírito de família e a conservação da terra; a terra deixa de representar a família, pois, não podendo deixar de ser dividida ao fim de uma ou duas gerações, é evidente que deve diminuir ininterruptamente, acabando por desaparecer por completo.

[...]

[...] Ali onde **termina o espírito de família**, o **egoísmo individual surge** na realidade dos seus pendores. Como não se apresenta mais a família ao espírito senão como uma coisa vaga, indeterminada, incerta, cada qual se concentra na comodidade do presente; procuramos garantir a geração que nos seguirá, e nada mais que isso. Por essa razão, **não buscamos perpetuar a família**, ou pelo menos procuramos perpetuá-la por outros modos afora a propriedade da terra. (TOCQUEVILLE, 1987, p.46-47, grifos nossos)

O desenvolvimento da democracia promulga o fim da hierarquia familiar e **fragmenta a unidade familiar**. O autor aponta que, em função dos indivíduos serem tomados como iguais, todos sentem-se **livres e independentes**, com os **mesmos direitos de escolha e opinião**.

As mudanças nas relações familiares estão ligadas, fundamentalmente, a alterações sociais e políticas. Nas sociedades aristocráticas o pai possuía, além do direito natural sobre os filhos, o direito político de comandá-los. Tocqueville (1987) salienta que o pátrio-poder representava a força motriz da família e, além disso, a figura paterna era o seu magistrado. Este autor aponta ainda que

nas sociedades aristocráticas, o pai não é, pois o chefe político da família; é o órgão da tradição, o intérprete do costume, o árbitro dos usos. É o ouvido com deferência; só é abordado com respeito, e o amor a ele tributado é sempre mesclado de temor. (TOCQUEVILLE, 1987, p. 447-448).

As relações que se estabelecem no seio familiar na sociedade capitalista refletem alterações fundamentais na organização social, uma vez que o pai é um cidadão comum semelhante ao seu filho, não servindo mais de intermediário entre o meio social e familiar, entre o passado e o presente. As relações entre pais e filhos tornam-se menos autoritárias e cerimoniosas.

Assim, ao mesmo tempo que o poder foge à aristocracia, vê-se desaparecer o que havia de austero, convencional e legal no pátrio poder, e uma espécie de igualdade se estabelece ao redor do lar doméstico.(TOCQUEVILLE, 1987, p. 448).

Apreendemos com Tocqueville que nos séculos aristocráticos os membros familiares estavam unidos uns aos outros e muitas vezes tinham que se colocar em segundo plano, posto que a grande família estava acima do indivíduo. Há um culto aos antepassados e um compromisso com o futuro dos descendentes. Neste meio social, os vínculos eram personalizados e quase sagrados. A hierarquia aristocrática fixa os indivíduos acima dos outros ou abaixo, ligando-os. Os deveres e os

sacrifícios para com os outros é freqüente, obrigando-os a se esquecerem de si mesmos.

Na sociedade capitalista isso não ocorre. O **compromisso do indivíduo é consigo mesmo**. Embora as classes se misturem, seus membros não passam de estranhos. Nesta sociedade, novas famílias se formam, rompendo com o elo que lhes deu origem, não tendo conhecimento das gerações anteriores e não se preocupando com as futuras, interessando somente os mais próximos.

À medida que as condições se igualam, encontra-se maior número de indivíduos que, não sendo mais bastante ricos nem bastante poderosos para exercer grande influência sobre a sorte de seus semelhantes, entretanto adquiriram e conservaram muitas luzes e bens para poder bastar-se a si mesmos. Estes nada devem a ninguém, e por assim dizer nada esperam de pessoa alguma; habituam-se a se considerar sempre isoladamente, e de bom grado imaginam que o seu destino inteiro está entre as suas mãos. Assim, não só faz a democracia cada homem esquecer seus antepassados, mas lhe oculta seus descendentes e o separa e seus contemporâneos; constantemente o leva para ele apenas e ameaça encerrá-lo afinal, inteiro, na **solidão** de seu próprio coração. (TOCQUEVILLE, 1987, p.387, grifos nossos)

A hierarquia, que antes estava fundamentada na honra, na memória dos antepassados e posição social, passa a ser baseada na riqueza com distinções sociais. A ascendência, neste sentido, não tem importância como no passado, uma vez que o que determina o poder já não é mais o nascimento, mas a **riqueza adquirida através do comércio que permeia toas as atividades humanas**. Com a subdivisão do patrimônio entre os filhos e com a perda do apoio da família, a miséria ou a riqueza passou a depender do talento ou da sorte dos indivíduos.

Nos séculos de igualdade, Tocqueville aponta, com preocupação, a instabilidade e a fragilidade nas relações sociais.

Assim, não só faz a democracia a cada homem esquecer seus antepassados, mas lhe oculta seus descendentes e os separa de seus contemporâneos; constantemente o leva para ele apenas e ameaça encerrá-lo afinal, inteiro, na solidão do seu próprio coração. (TOCQUEVILLE, 1987, p. 387)

Se, no século XIX, o desenvolvimento da sociedade capitalista permitia a Tocqueville assinalar os aspectos contraditórios da igualdade entre os homens e da tendência ao individualismo, avaliamos poder assegurar que a atualidade não fez senão confirmá-los e aprofundá-los. Acreditamos que o ritmo das mudanças na sociedade contemporânea é um fator determinante nas alterações das funções, conceituações e atribuições delegadas à família.

No próximo item, utilizaremos obras literárias, produzidas no século XIX, como mais uma fonte de pesquisa para aprofundar a análise das repercussões das transformações históricas na dinâmica familiar.

2.3. Sociedade e dinâmica familiar: o campo fecundo da representação literária.

Para detectar as formas pelas quais as mudanças históricas manifestam-se na dinâmica familiar, a literatura será utilizada, neste item, como fonte alternativa de pesquisa por proporcionar uma visão do movimento histórico e por criar um quadro profundo das contradições e nuances presentes na sociedade do século XIX.

Rosa (1996) salienta que a arte literária

[...] representa, com riqueza de detalhes, a luta dos indivíduos no processo de transformação social. Ela torna-se um rico material para se recompor a luta humana e, nela, a história da transformação dos indivíduos na dinâmica social. Constitui, assim, um instrumento de análise histórica da educação nos dois sentidos: tanto os das transformações dos indivíduos determinados pelo processo histórico como o da educação sistematizada pelas instituições. Os indivíduos, suas paixões, ações e lutas são o objeto do texto literário, mas, como esses indivíduos aparecem inseridos num quadro social, também as instituições, a escola, a família, a igreja, o exército etc., estão ali representados. (ROSA, 1996, p. 1)

A obra literária é uma representação do mundo, que, à primeira vista, por tratar de personagens fictícios parece ser independente, isolada e distante da realidade. Entretanto, o pensamento do autor é construído historicamente e, em função disto, independente de seu desejo, sua produção expõe questões essenciais do momento social em que vive. Os seus autores refletem a vida real na figura dos personagens e manifestam as contradições de seu tempo.

Vigotski (1999), ao investigar a obra literária (fábula, conto/novela e tragédia), pelo método de análise fundamentado no materialismo histórico, ressaltou a possibilidade

de pensarmos sobre esta produção humana, enquanto resultado de fatores socioculturais, que se sobrepõe aos desejos e ao mundo inconsciente de apenas um indivíduo (autor ou telespectador).

Para ele, se a análise de uma obra se fundamentasse somente na posição imediata dos indivíduos que a produziram ou naqueles que a apreciam, ocorreria uma imparcialidade, porque não seriam levadas em consideração as relações econômicas e sociais e a estrutura das forças produtivas que a determinaram, perdendo-se o significado histórico da arte criadora.

Para Vigotski, “a arte nunca poderá ser explicada até o fim a partir de um pequeno círculo da vida individual, mas requer forçosamente a explicação de um grande ciclo da vida social”. (1999, p.99).

Em *Psicologia da Arte* (1999) ele afirma que as manifestações e produções humanas não devem ser atribuídas apenas às histórias de vida, tomadas como pessoais e isoladas de um contexto mais amplo. As obras artísticas são formas de expressar a vida e estão intrinsecamente relacionadas ao meio social, pois “[...] a arte, no mais aproximado sentido, é determinada e condicionada pelo psiquismo do homem social.” (VIGOTSKI, 1999, p.11).

Segundo Grib (s/d), o pensamento é construído historicamente e, por isso, independente da vontade do autor, sua obra revela questões essenciais do momento em vive. Assim, para ele, é fundamental buscar

[...] as origens da obra de um escritor antes de tudo nas particularidades objetivas condicionadas por sua época histórica. Em outras palavras, que estudemos a obra do autor de um ponto de vista que explicará a influência de sua própria época sobre o desenvolvimento e o progresso, e quão profundamente refletiu em seus escritos. (p. XXIV)

Por este prisma, a literatura torna possível entender a dinâmica social, detalhando seus costumes, hábitos, comportamentos, sofrimentos, alegrias e paixões, através de homens concretos em situações particulares. No fenômeno individual manifestam-se claramente e concretamente as grandes forças históricas e as contradições da sociedade. Lukács (1999) salienta que a literatura

Revela as peculiaridades essenciais de uma dada sociedade por meio da representação de destinos individuais, das ações e sofrimentos de seres humanos individualizados. Nas relações do indivíduo com a sociedade, o destino individual, manifestam-se traços essenciais do ser histórico-concreto de uma determinada forma social. (p. 15)

Obras literárias possibilitam a análise da ação humana em seu acontecer. O estudo das contradições presentes nos textos produzidos em períodos e contextos diferentes nos conduz ao entendimento das relações sociais no movimento histórico. (MULLER, 1997)

É neste sentido que a análise de produções literárias oitocentistas respalda nossa tentativa de entender as contradições decorrentes do esgotamento de uma estrutura social e da solidificação de outra baseada no potencial de acumulação de bens materiais e riquezas e a compreender como se formula socialmente a família com o advento dos novos tempos.

A tensão entre classes oriundas de dois mundos diferentes revela que a transformação social é um processo contínuo e doloroso que se estrutura com a desintegração de formas de relação entre os homens que não correspondem historicamente às novas exigências sociais.

Podemos captar, através de obras literárias produzidas no século XIX, como o movimento da transformação social neste período de transição e indefinição, quando coexistem comportamentos e relações que correspondem à velha e à nova sociedade, repercute na vida dos indivíduos, em seus costumes, nas relações familiares e na educação.

2.3.1. Balzac: um romancista e um historiador da vida privada, dos costumes e da família.

Honoré Balzac¹⁰ (1799-1850), romancista francês do século XIX e historiador da vida privada, representa indivíduos cujos traços são característicos da época em que a dissolução e a degradação do velho mundo feudal cedia espaço à consolidação da moderna sociedade burguesa.

O período em que Balzac viveu e produziu grande parte da *Comédia Humana* é expressão de profundas transformações no modo de produzir a vida e, conseqüentemente, de agitações nas esferas política e intelectual. O pano de fundo de seus contos e romances é a sociedade francesa, que presenciou diferentes formas de governo após a Revolução de 1789: República, Diretório, duas monarquias sob a Restauração, a “Monarquia” de 1830 e a República de 1848.

¹⁰ Autor da obra *A Comédia Humana*, composta de mais de 90 romances e novelas. Esta ampla produção literária representa uma das mais significativas expressões da realidade social do século XIX. Segundo Marx e Engels (1974), a obra balzaquiana é uma fonte preciosa para estudos da sociedade oitocentista. Para estes autores, Balzac, “dá-nos, na *Comédia Humana*, a história mais maravilhosamente realista da sociedade francesa (especialmente do mundo parisiense), descrevendo, em forma de crônica de costumes, quase de ano a ano, entre 1816 e 1848, a pressão cada vez mais forte exercida pela burguesia ascendente sobre a nobreza que se tinha reconstituído depois de 1815 e que (melhor ou pior), na medida do possível, levantava a bandeira da *velha fidalguia francesa*. Balzac descreve como os últimos restos dessa sociedade, exemplar para ele, sucumbiram pouco a pouco perante a intrusão do novo-rico vulgar, a nadar em dinheiro, ou forma corrompidos por ele; como a *grande dama*, cujas infidelidades conjugais não passavam de um meio de se afirmar, meio que correspondia à maneira como dispunham dela para o casamento, cedeu o lugar à burguesa que arranja um marido para ter dinheiro ou ter vestidos que quer. Em volta desse quadro central, pinta toda a história da sociedade francesa, onde aprendi, mesmo no que respeita aos pormenores econômicos (por exemplo, a nova distribuição a propriedade real e pessoal, depois da revolução), do que em todos os livros de historiadores, economistas e profissionais de estatística da época. Não há dúvida que, politicamente, Balzac era legitimista. A grande obra que deixou é uma elegia permanente, lamentando a decomposição irremediável da alta sociedade; todas as suas simpatias vão para a classe condenada a desaparecer.” (MARX & ENGELS, 1974, p. 196-197)

A literatura de Balzac reflete aquela época da história da sociedade burguesa em que esta última trocava a luta revolucionária contra o feudalismo pela tarefa prática de realizar os preceitos de 1793. A utopia de liberdade e igualdade converteu-se em realidade no exercício do regime capitalista. O progresso burguês que os revolucionários do século dezoito divisaram como uma transição harmoniosa da humanidade para a idade de ouro, revelou tôdas as suas profundas contradições. Êste fator decisivo determinou o caráter das tendências principais da vida espiritual dos três primeiros decênios do século dezenove. (GRIB, s/d, p. XXV-XVI)

Esse momento social, conturbado por golpes, revoluções e movimentos populares é o espaço literário no qual os inúmeros personagens de Balzac se movem.

Seus romances representam, com riqueza de detalhes, a complexidade de um período de transição em que os elementos constitutivos da forma de produção feudal não conseguem se manter, exatamente porque os próprios homens criam as necessidades e as relações sociais capitalistas.

Como todo período de indefinição ou transição, as forças antigas não são capazes de reproduzir-se como outrora, mas, continuam presentes e em luta contra a nova sociedade, cujos interesses se desenvolveram, direcionando os costumes e comportamentos dos indivíduos.

Neste processo, Balzac apresenta os antagonismos da sociedade e expressa, em suas obras, situações que espelham o movimento da transformação social que leva à produção de novos indivíduos e, conseqüentemente, de novas relações sociais e familiares.

Sob este prisma, é um autor importante a ser considerado no debate atual a respeito das situações familiares, por analisar o processo de conformação de novas relações sociais e da constituição da família neste momento histórico.

[...] Os momentos de transformação são particularmente ricos para a análise psicossociológica. As novas relações ainda não se configuram em toda sua plenitude e as velhas relações ainda persistem, sem terem, entretanto, a mesma força que tinham no passado. É no confronto com as novas relações que as antigas mostram sua historicidade, isto é, seu caráter de algo transitório, que se modifica pela ação humana. Essa perspectiva mais geral não impede, antes pressupõe, buscar aprofundar o entendimento das não lineares relações entre os fenômenos de ordem subjetiva e o estruturar de um processo sociocultural. Balzac fará essa leitura articulando as mudanças na vida pública às mudanças no âmbito da intimidade, acentuando as dimensões subjetivas implícitas nesse processo, analisando as mudanças por que passam as relações entre os gêneros e as classes. (VIANA, 1996, p. 13)

Na descrição da vida cotidiana, Balzac expõe diferentes e variadas figuras sociais que nos permitem realizar o contraponto entre o comportamento da nobreza e da burguesia e refletir sobre os hábitos, comportamentos e costumes adquiridos pelos homens na sociedade capitalista. Conseqüentemente, este romancista discute temáticas que abordam questões referentes à família, à relação entre pais e filhos, à educação, aos impasses no casamento e à afetividade que permeia os vínculos familiares.

O conflito travado, durante um longo período, entre a nobreza decadente e a burguesia ascendente é explícito no romance balzaquiano *Memórias de duas jovens esposas* (1989). Ao revelar o esfacelamento das condições materiais que deram existência à forma social aristocrática, esse romance torna evidente que as transformações sociais geram contradições que, em determinadas épocas, acirram-

se e, exaurindo a estrutura social anterior, dão surgimento a outra, levando os homens à modificação de hábitos e costumes.

Somos conduzidos a apreender estas transformações históricas através das experiências e vivências de duas amigas, Luísa e Renata, que trocam correspondências após terem saído de um convento, por falta de vocação e que têm suas vidas estruturadas em espaços geográficos diferentes: uma em Paris e a outra na província.

Balzac demonstra as condições contraditórias que permeiam a realidade social deste momento através destas duas formas de vida, que, a princípio, são identificadas com o modo de ser da antiga aristocracia, mas que, no desenrolar do romance, distanciam-se em perspectivas contrárias, revelando os impasses que se colocam à vida aristocrática.

Uma passagem do romance expressa a complexidade desse período de transformações e transição social. No embate dos personagens representa-se a luta humana e o drama familiar diante das tendências pós-revolucionárias de restabelecimento da aristocracia no poder¹¹. Esta questão é clara na fala do pai de Luísa de Chaulieu, um nobre e um homem de Estado.

¹¹ É importante salientar que este romance reporta ao período da Restauração (1815-1830), subsequente a queda de Napoleão Bonaparte. Luís XVIII retomou o poder em 1815 (Restauração Monárquica dos Bourbons) incitando na aristocracia a esperança em recuperar o poder social e econômico. Em 1824, com a sua morte, seu irmão subiu ao trono como Carlos X e restaurou os privilégios do clero e da nobreza.

A França, minha filha, está numa situação precária... (...) Sabes, minha filha, quais são os efeitos mais destruidores da Revolução? Jamais os suspeitarias. Ao cortar a cabeça de Luís XVI, a Revolução cortou a cabeça de todos os chefes de família, **há somente indivíduos**. Ao querer tornar-se uma nação, os franceses renunciaram a ser império. Ao proclamar a **igualdade de direitos à sucessão paterna, mataram o espírito de família, criaram o fisco**. Prepararam, pois, a fraqueza das superioridades e a força cega da massa, a extinção das artes, **o reinado do interesse pessoal e abriram caminho à conquista**. Achamo-nos entre dois caminhos: **ou constituir o Estado pela família, ou constituí-lo pelo interesse pessoal**; a democracia ou a aristocracia, a discussão ou a obediência, o catolicismo ou a indiferença religiosa, eis a questão em poucas palavras. Pertença ao pequeno número dos que querem resistir ao que se denomina povo, no próprio interesse deste. Não se trata mais de direitos feudais, como se diz aos ingênuos, nem de fidalguia, **trata-se do Estado**, trata-se da vida da França. **Todo país que não se baseia no poder pátrio fica sem existência assegurada**. Aí começa a escala das responsabilidades, e a subordinação que ascende o rei. O rei somos nós todos! Morrer pelo rei é morrer por si mesmo, pela própria família, a qual não morre, da mesma forma que não morre o reino. Cada animal tem seu instinto, o do homem é o **espírito de família**. Um país é forte, quando se compõe de famílias ricas, cujos membros têm, todos, interesse em defender um tesouro comum: tesouro monetário, de glórias, de privilégios, de gozo; é fraco, quando se compõe de indivíduos não solidários [...] (BALZAC, 1989, p. 237-238, grifos nossos)

Neste fragmento, Balzac capta magnificamente as mudanças que estão ocorrendo neste momento de lutas históricas na França. Ao descrever as transformações no modo de produção social, revela a resistência, por parte de muitos membros societários, a essa nova forma de organização social que se consolida.

Observamos que o fervilhar das idéias liberais encontrava a resistência daqueles cujos interesses estavam ligados à antiga ordem política e econômica aristocrática, que almejavam, fundamentalmente, a reconstituição de uma classe e de um Estado. Reconstituir o “*espírito de família*” é reconstituir, sobretudo, a força de um Estado aristocrático. Entretanto, essa nova aristocracia não corresponde ao fortalecimento da aristocracia antiga, mas à consolidação da forma social burguesa.

Na voz desse pai, é revelado um momento de transição, contraditório e de luta, que foi gestado em período anterior e que ganhou forma e conteúdo com o ideário libertário e igualitário da Revolução Francesa.

Balzac põe à mostra a angústia de um representante aristocrático que vivencia a dissolução de costumes, que lhe eram comuns e reflete o conflito entre a nova estrutura e os interesses estabelecidos no velho regime com a solidificação da sociedade burguesa. Esse processo antagônico remete a **um novo conceito de homem, uma nova forma de propriedade e de trabalho** quando a igualdade de direitos e a liberdade dos indivíduos formam as novas leis da sociedade democrática.

A distribuição hereditária dos bens de forma igualitária entre todos os filhos e a deterioração do pátrio poder atestam que todos são iguais e têm os mesmos direitos. Estes são aspectos inerentes à organização social burguesa e levam os homens a se tornarem iguais em direitos e mais vulneráveis pelo fracionamento da propriedade, cabendo a cada qual defender a sua parte nos bens.

Outro romance importante para se visualizar os embates históricos que acompanharam as transformações sociais ocorridas na França é *O Baile de Sceaux* (BALZAC, 1989). O narrador refere-se à figura do conde de Fontaine, *chefe de uma das mais antigas famílias de Poitou e que servira a causa do Bourbons com inteligência e coragem durante a guerra de Vendéia*¹², nos seguintes termos:

¹² De acordo com nota de rodapé na obra *O Baile de Sceaux*, "A Guerra de Vendéia ou, antes, as guerras de Vendéia surgiram durante a revolução Francesa e levantaram contra o resto da França a população, sobretudo a nobreza e o clero da referida região, em nome do princípio monárquico. Os

[...] Depois de ter escapado a todos os perigos que ameaçaram os chefes realistas durante esse **tormentoso período da história contemporânea**, ele dizia jovialmente:

– Sou um dos que se fizeram matar sobre os degraus do trono!

Esse gracejo não deixara de ter seu fundo de verdade para um homem deixado por morto entre os que caíram na sangrenta jornada de Quatre-Chemins. Embora **arruinado pelas confiscações**, esse fiel vendeano recusou constantemente os postos lucrativos que o imperador Napoleão mandou oferecer-lhe. Invariável na **sua religião aristocrática**, seguiu-lhe cegamente as máximas quando achou conveniente casar-se. Não obstante as seduções de um rico arrivista, disposto a pagar por alto preço uma tal união, ele casou-se com uma senhorita de Kergarouët **sem fortuna**, mas cuja família era uma das **mais antigas** da Bretanha. (BALZAC, 1989, p. 135, grifos nossos)

À época da Restauração Monárquica, esse representante da aristocracia francesa deparou-se com o fruto dos novos tempos. Encontrava-se em condição econômica instável e desfavorecida pelas doações que fez, tal como numerosos fidalgos, à *caixa dos exércitos católicos*, para manter a aristocracia enquanto classe dominante. Tal situação, comum aos membros da alta nobreza, levou seus velhos amigos e companheiros a tornarem-se ávidos e mesquinhos. O gasto excessivo, que era comum entre os aristocratas pouco tempo antes, era, então, um costume que se tornara cada vez menos usual e que expressava o esfacelamento do que era próprio a esta classe.

Os novos tempos levam o conde a aceitar a nomeação ao posto de marechal-de-campo, concedido, pelo monarca Luis XVIII, aos oficiais dos exércitos católicos. Além destas mudanças, outras sobrevindas da corte são, dolorosamente, sentidas pelo nobre Fontaine, como podemos observar no seguinte fragmento:

insurgentes, depois de sucessos iniciais consideráveis – entre os quais a batalha de Quatre-Chemins, em 13 de dezembro de 1793, [...] foram vencidos pelos generais Kléber, Marceau e Hoche. Balzac romanceou esse episódio sangrento da história quase contemporânea em sua primeira obra de real valor, *A Bretanha em 1799*, em que vemos aparecer o conde de Fontaine como um dos chefes do movimento vendeano sob o nome de ‘Grande Jacques’ ” (1989, p. 135)

Antigamente – comentava para si mesmo – todos falavam livremente ao rei dos seus assuntos particulares, senhores podiam à vontade pedir-lhe favores e dinheiro, e hoje não se pode obter, sem escândalo, o reembolso de quantias que foram emprestadas para o seu serviço! Caramba! A cruz de São Luiz e o posto de marechal-de-campo não valem as trezentas mil libras que eu, ali contadinhas, **gastei pela causa da monarquia**. Quero tornar a falar ao rei, frente a frente, e no seu gabinete.

[...]

– Está tudo perdido – disse ele uma manhã. – Decididamente **o rei nunca foi outra coisa senão um revolucionário**. Sem Monsieur¹³, que é incapaz de derrogar e consola seus fiéis servidores, não sei em que mãos irá cair um dia a coroa da França, a continuar esse regime. Este **maldito sistema constitucional** é o pior de todos os governos e jamais poderia convir à França. Luis XVIII e o senhor Beugnot nos estragaram tudo em Saint-Quen. (BALZAC, 1989, p. 137, grifos nossos)

O vigor da estrutura social impõe-se aos olhos do conde, *um dos mais leais servidores da coroa*, que naturalmente tem imensa dificuldade para aceitar os novos comportamentos e hábitos que se sobrepõem aos velhos costumes. Balzac demonstra a grandeza e a complexidade dos fatos históricos que permeiam a luta entre as antigas forças feudais e as novas forças burguesas que exigem a subversão total da sociedade.

A exumação de valores do antigo regime não é algo simples e nem fácil, mas é inevitável a reelaboração desses valores para atender às necessidades da sociedade capitalista. Neste sentido, Balzac atesta, neste romance, que a tendência à igualização social arrasta aqueles que, como o conde de Fontaine, jamais teriam consentido, outrora, no casamento de seus filhos com pessoas de classes sociais distintas da sua.

¹³ Segundo consta em nota no romance “*Monsieur* era o título dado, em França, ao mais velho dos irmãos do rei. Aqui se refere ao conde de Artois, irmão de Luís XVIII, a quem o veremos suceder, dentro do lapso de tempo compreendido no *Baile de Sceuax*, sob o nome de Carlos X. (BALZAC, 1989, p. 137)

Essa notável mudança nas idéias do nobre conde, no momento em que atingia seu sexagésimo aniversário, **época na qual raramente os homens modificam suas crenças**, não era devida unicamente à deplorável residência na moderna Babilônia, onde todos os provincianos acabam por perder sua rudeza. **A nova consciência política do conde de Fontaine era também resultado dos conselhos e da amizade do rei.** Esse príncipe filósofo divertia-se em converter o vendeano às **idéias que exigiam a marcha do século XIX e a renovação da monarquia.** Luís XVIII queria fundir os partidos da mesma forma que Napoleão fundira as coisas e os homens. O rei legítimo, talvez de tanto espírito quanto seu rival, atuava em sentido contrário. O último chefe da Dinastia dos Bourbons era tão solícito em satisfazer o Terceiro Estado e a gente do Império, refreando o clero, quanto o primeiro Napoleão era interessado em atrair para junto de si os grão-senhores ou em dotar a Igreja. Confidente dos pensamentos reais, o Conselheiro de Estado tornara-se insensivelmente um dos mais fluentes chefes, e dos mais ponderados, desse partido moderado que desejava ardentemente, em nome dos interesses nacionais, a **fusão das opiniões.** (BALZAC, 1989, p. 142-143, grifos nossos)

Com esta colocação, o historiador de costumes expõe a necessidade do rei articular a idéia em detrimento dos *interesses nacionais*, de tornar aliados aqueles que tempos atrás eram seus rivais mais ferrenhos. O fortalecimento desta nova aristocracia não estava pautado na forma político-social da antiga aristocracia, uma vez que as transformações se faziam presentes na sociedade alterando a dinâmica da vida humana e as relações estabelecidas entre os pares societários.

Neste sentido, a recomposição do status econômico e social demanda que o conde submeta-se, tal como uma grande parcela da aristocracia durante a Restauração, a ver com naturalidade o casamento de seus filhos com partidos ricos, ainda que burgueses¹⁴. Diante da contestação da esposa a este tipo de união matrimonial, o velho aristocrata explica-lhe friamente que

¹⁴ Na aristocracia as relações humanas eram e fixadas pela hereditariedade. Os laços conjugais, por sua vez, seguiam essa exigência social, ou seja, nobre se casava com nobre e servo com servo. Esta forma social que não admitia escolhas estava sendo levada a se configurar pelas novas necessidades e exigências sociais.

[...] a estada em Paris, a necessidade de representação, o esplendor da casa que compensava as privações tão corajosamente sofridas por eles no fundo da Vendéia, as despesa feitas com os filhos, absorviam a maior parte de suas rendas orçamentárias. Deviam pois agarrar como **um favor vindo do céu, a oportunidade que lhes apresentava de casar tão ricamente as filhas.** [...] **Casamentos tão vantajosos não se encontravam todos os dias para as moças sem dote.**” (BALZAC, 1989, p. 144, grifos nossos)

Uma outra alternativa encontrada pelos patriarcas como forma de assegurar a reprodução do estilo de vida aristocrático e se adequar às necessidades do novo modo de produção, na sociedade, era a destituição do dote das filhas no casamento. Balzac, em *Memórias de duas jovens esposas* (1989), mostra que Renata, da mesma forma que Luísa, por recusar seguir a carreira religiosa, teve que abrir mão de seu dote em benefício do irmão e casar-se com um homem que aceitasse esta condição. Esta nova atitude é percebida no romance quando

O barão, ao tornar a encontrar o filho, não teve mais do que um pensamento, casá-lo, e **casá-lo com uma moça nobre.** Meu pai e minha mãe partilharam, a meu respeito, o projeto do vizinho, assim que o velho lhes comunicou sua intenção de aceitar Renata de Maucombe, **sem dote**, e de lhe assegurar no contrato a importância total que deve tocar à dita Renata nas suas sucessões. Desde sua maioridade, **meu irmão mais moço**, João de Maucombe, **declarou ter recebido dos pais um adiantamento equivalente ao terço da herança.** Eis como as famílias nobres da Provença sofismam o infame Código Civil do senhor de Bonaparte¹⁵, o qual fará com que metam no convento tantas moças nobres quantas ele fez casarem. (BALZAC, 1989, p. 216, grifos nossos)

Em função das transformações no modo de produção, a família aristocrática reestrutura-se de acordo com a nova dinâmica social. Reiterando o caráter histórico da construção social, Balzac assinala que a família não é uma instituição natural.

¹⁵ A revogação no Código Civil (conhecido como Código Napoleônico), em 1804, do direito de primogenitura marcou uma nova atitude a respeito das relações sociais e familiares estabelecidas no Antigo Regime. Diante a divisão igualitária da propriedade e da herança e do empobrecimento da classe aristocrática, a destituição do dote é uma forma encontrada para que a família mantenha seu status social.

O pai de Luísa, na tentativa da reconstituição da riqueza e do poder social aristocrático de sua família, tenta convencer a filha a se dedicar à vida monástica, renunciando ao dote matrimonial, de forma a poder utilizá-lo para a constituição de um morgadio¹⁶ para seu irmão,

– Enfim – continuou ele – eu não poderia ser incoseqüente. Quem quer por os fins, quer os meios, e devemos dar o exemplo a todos. Portanto, **você não deverá ter fortuna, enquanto a do seu irmão mais moço não estiver assegurado, e quero empregar todos os capitais de que você dispõe¹⁷, de modo a constituir um morgadio para ele.**

– Mas – repliquei – **o senhor não vai me proibir que viva como me aprouver e que seja feliz deixando-lhe a minha fortuna?**

– Ah! Contanto – respondeu-me – que a vida como você a concebe não prejudique em nada à honra, à consideração, e, posso acrescentar, à glória de sua família.

– Ora essa – exclamei – bem depressa o senhor me destitui de minha razão superior.

– Em França – disse ele, com amargura – **não encontraremos um homem que queira desposar uma moça da mais alta nobreza, sem dote, e que lhe constitua um.** Se se encontrasse esse marido, pertenceria seguramente à classe dos burgueses enriquecidos: sob esse ponto de vista pertença ao século XI.

– E eu também – disse-lhe eu. – **Mas por que desesperar-me?** Não existem acaso velhos pares de França?

– Você está muito adiantada, Luísa – exclamou ele.

Depois disso deixou-me, sorrindo, e beijou-me a mão. (BALZAC, 1989, p. 239, grifos nossos).

¹⁶ Segundo nota de rodapé na obra Memória de duas jovens esposas, “o sistema dos morgadios, abolido pela Revolução Francesa, foi restabelecido em 1806 por Napoleão I, o qual, para aumentar o brilho do Império, instituiu uma nova nobreza. O morgadio (em francês: *majorat*) era uma propriedade imobiliária cujas rendas eram especialmente destinadas, em virtude de uma autorização do soberano, a sustentar um título nobiliárquico a serem transmitidas perpetuamente na linha masculina por ordem de primogenitura. Havia duas espécies de morgadio: uma, chamada morgadio “de movimento próprio”, constituída por uma dotação do próprio chefe do Estado; outra, “a pedido”, que um chefe de família estava autorizado a constituir à custa de seus próprios bens, vinculando parte de suas propriedades como “dotação” de um título hereditário. Os títulos – duque, conde, visconde, barão – da nova aristocracia, criada pelo imperador, não se tornava hereditariamente transmissíveis senão por meio da constituição de um morgadio. A renda obrigatória dos morgadios foi fixada por decreto: era tanto maior quanto mais elevado o título. A Restauração manteve esse sistema e até obrigou os membros da Câmara dos Pares a instituírem morgadios. A partir da revolução de julho de 1830 o sistema dos morgadios foi progressivamente abolido.” (BALZAC, 1989, p. 295)

¹⁷ A fortuna de Luísa referia-se à herança que sua avó lhe concedeu.

Luísa não contesta o pedido do pai, pois vê nele a chance de realizar o sonho de se casar, motivada pela paixão, com um homem que ela escolhesse para marido. No entanto esta “livre-escolha”, tão propagada pela jovem, é sub-repticiamente administrada pela sua família, fato que observamos pela complacência dos pais em relação ao casamento da filha com o rico nobre espanhol, Fernando.

Como Felipe, com uma generosidade de sarraceno, realiza os planos de meu pai e de minha mãe, dando como recebida minha fortuna sem ser isso exato, a duquesa tornou-se ainda melhor para mim do que antes. Chama-me de *pequena astuta*, de *pequena finória*, diz que tenho *o bico afiado*.

– Mas, querida mamãe – disse-lhe eu na véspera da assinatura do contrato–, a senhora atribui à política, à manha, à habilidade os efeitos dos mais verdadeiro, do mais completo amor que já existiu! Saiba pois que não sou a *finória* pela qual me faz a honra tomar-me.

– Deixa disso, Armanda – disse enlaçando-me pelo pescoço, atraindo-me para si e beijando na testa –, não quiseste voltar para o convento, não quiseste ficar solteirona e, como uma grande e bela Chaulie, que és, sentiste a necessidade de reerguer a casa de teu pai... (Se soubeste, Renata, o que há de lisonja nesta frase para o duque, que nos estava ouvindo!) Eu te vi durante um inverno todo metendo tua carinha em todas as quadrilhas, julgando muito bem os homens e adivinhando o mundo atual da França. Por isso destacaste o único espanhol capaz de te dar a bela vida de uma mulher soberana em sua casa. (BALZAC, 1989, p. 287, grifo no original).

Assim, fica claro que Luísa, mesmo que não tenha em vista manter-se em sua condição social de origem, conta com o apoio da família em seu casamento com Fernando, por que a fazendo uma mulher rica, este viabiliza sua permanência e a de sua família no círculo da alta sociedade aristocrática.

Já Renata, ao perceber-se empobrecida, pela destituição de seu dote, convence-se de que o meio de triunfar na sociedade é através do casamento de conveniência com um homem precocemente envelhecido, Sr. l' Estorade, sobrevivente de guerras napoleônicas.

Preferi desposar Luís de l' Estorade a voltar para o convento. Isso é claro. Depois de ter compreendido que, se não casasse com Luís, eu voltaria para o convento, tive, na minha condição de moça, de me resignar. Resignada, pus-me a examinar a minha situação, a fim de tirar dela o melhor partido.

Primeiro que tudo, a gravidade dos compromissos encheu-me de terror. O casamento tem como objetivo a vida, ao passo que amor visa apenas o prazer; mas também o casamento subsiste, quando os prazeres já desapareceram e dá nascimento a interesses bem mais preciosos do que os do homem e da mulher que se unem. Por isso, talvez, para fazer um casamento feliz, não seja precioso mais do que essa amizade, que, em razão de sua doçura, cede em muitas imperfeições humanas. Nada se opunha a que eu tivesse amizade a Luís de l' Estorade. Bem decidida a não buscar no matrimônio os gozos do amor, nos quais tanto pensávamos e com tão perigosa exaltação, senti a mais tranquilidade no meu íntimo. "Se não me é dado o amor, por que não buscar a felicidade?" Disse comigo mesma. De resto, sou amada e me deixarei amar. Meu casamento não será uma servidão e sim um domínio perpétuo. Que inconveniente esse estado de coisas pode oferecer a uma mulher que quer conservar-se senhora absoluta de si mesma? (BALZAC, 1989, p. 245, grifo no original).

Por meio da romântica Luísa, Balzac descreve a vida luxuosa da decadente aristocracia parisiense. Em contrapartida, expõe os novos moldes societários através da figura sensata e diplomática de Renata, que, com energia e objetividade, faz de seu casamento de interesses uma união promissora materialmente. Moldando-se aos novos ideais burgueses, ela garante uma sólida base econômica para a sua família.

Balzac expressa em suas obras que a destruição de uma forma social vem acompanhada da destruição de suas instituições. O movimento da transformação leva à produção de relações sociais e familiares, cujos organização e dinamismo condizem com as novas necessidades da sociedade capitalista.

Na figura de Renata, Balzac expõe, de forma elucidativa, novas formas de relações no âmbito familiar, uma vez que não há subordinação da esposa ao marido, mas a negociação das condições do relacionamento.

[...] – Luís – disse-lhe com voz consoladora – depende de você fazer desse casamento de conveniências um casamento ao qual eu possa dar um completo consentimento. O que lhe vou pedir exige de você uma abnegação mais bela do que a pretensa escravidão de seu amor, se é sincero. Pode elevar-te até a amizade como eu a entendo? Na vida não se tem mais do que uma amizade e eu quero ser a sua. A amizade é a união de duas almas iguais, ligadas por suas forças, e, não obstante, independentes. Sejamos amigos e associados para juntos carregar a vida. Deixe-me a minha completa independência. Não lhe impeço que me inspire o amor que diz ter por mim: mas não quero ser sua mulher senão por minha livre e espontânea vontade. Inspire-me o desejo de lhe abandonar meu livre-arbítrio, e eu lho sacrificarei imediatamente. Por isso, não lhe proíbo insinuar paixão nessa amizade, e de turvar com a voz do amor; por minha vez farei tudo para que nossa afeição seja perfeita. (BALZAC, 1989, p. 247)

Em função das relações estabelecidas neste momento pós-revolucionário e pela decadência aristocrática, Renata partilha com o marido seus ideais de ascensão e articula uma rede de relacionamentos que demanda o seu aburguesamento para manter um nível condizente com sua origem.

Para tanto, esta personagem, no decorrer do romance, impulsiona o marido a se eleger deputado, a obter título de conde, a se engajar em disputas para garantir cargos na administração pública e, enfim, a abrir mão de um projeto aristocrático, aderindo à Revolução de julho de 1830¹⁸.

¹⁸ Em 13 de julho, Luís Filipe de Orleans se apossou da coroa, graças ao apoio dos burgueses, que fizeram falhar a revolução popular que eclodiu em 1830. A revolução de 1830 representou uma vitória da burguesia sobre a aristocracia e uma reivindicação em favor do estabelecimento da soberania popular. Luís Filipe governou sob uma constituição moderada até 1848. Com a sua posse e queda de Carlos X o período da Restauração chegou ao fim. Iniciou-se a Monarquia de Julho.

[...] Ora, na solidão em que vivemos, se o mando não está nas mãos da mulher, o casamento se torna dentro em pouco insuportável, a mulher deve então **ter as seduções de uma amante e as qualidades de uma esposa**. Temperar os prazeres com a incerteza, não é esse o modo de prolongar a ilusão e perpetuar os gozos do amor-próprio, dos quais fazem questão todas as criaturas, e com muito acerto? O amor conjugal, como o conceito, reveste, assim, uma mulher de esperanças, torna-a soberana e lhe dá uma força inesgotável, um calor de vida que faz tudo florescer em torno dela. Quanto mais senhora de si mesma, mais certeza terá tornar viáveis o amor e a felicidade. (BALZAC, 1989, p. 248, grifos nossos)

A modificação gradativa dos valores aristocráticos é palpável nesta personagem que abandona o que era comum à vida do antigo regime para, através do casamento por interesses monetários e da constituição de uma família, articular projetos com o objetivo de garantir uma **sólida base econômica**. Ela supera, assim, os papéis tradicionalmente esperados das mulheres e esposas.

No processo de estruturação da sociedade capitalista, os valores e costumes aristocráticos estão sendo destituídos pela nova forma social que se estabelece. Havia, sem dúvida, uma necessidade urgente da renovação de pensamento e hábitos. Entretanto, observamos em *O Baile de Sceaux* (1989), na figura de Emília de Fontaine, filha mais nova do conde de Fontaine, como o drama da sociedade manifesta-se na vida daqueles que não acompanham o movimento das mudanças sociais.

Esta jovem típica da aristocracia recusa-se de forma categórica a submeter-se aos acordos domésticos que se fazem necessários neste período. Insiste em manter-se nobre, casar-se com um par da França, preferentemente, rico, bonito e jovem. O apego a um passado idealizado leva Emília a considerar o casamento com homens que não eram nobres de sangue como algo impossível de acontecer.

Para satisfazer os desejos de sua filha mimada por todos e acostumada “[...] aos gozos da fortuna, os requintes da *toilette*, a elegância dos salões dourados e das carruagens [...]”¹⁹ o pai despende imenso esforço para encontrar um pretendente que atendesse às pretensões da filha. Como última esperança, tenta convencer a filha de que os tempos são outros e que ela necessita escolher um marido que lhe propicie uma situação conveniente, mesmo que este seja um burguês.

[...] Quero crer que compreendas melhor, hoje, as dificuldades e tua posição e da nossa. Tens vinte anos, minha filha, e já devias estar casada há três anos. Teu irmãos e tuas irmãs todos fizeram casamentos ricos e felizes. Mas, minha filha, precisas saber que as despesas que tivemos de fazer com esses casamentos, assim como o trem da vida que tua mãe precisa manter por tua causa, absorvem de tal forma minha rendas, que hoje poderei, quando muito, dar-te cem mil francos de dote. A partir de agora quero ocupar-me da situação futura de sua mãe que não deve ser sacrificada pelos filhos. Se eu vier a faltar, a senhora de Fontaine não deverá ficar a mercê de ninguém e deve continuar gozando a abastança com a qual só muito tarde eu recompensei sua dedicação aos meus infortúnios. Já vês, minha filha, que a insignificância de teu dote não está em harmonia com as tuas idéias de grandeza. E, mesmo assim, é um sacrifício que não fiz por nenhum outro dos meus filhos; mas eles concordaram generosamente em não se prevalecer um dia da exceção que fizemos por uma filha demasiada querida! (BALZAC, 1989, p. 152)

O conde de Fontaine, desesperadamente, faz uma lista de vários pretendentes para a filha. Esforço em vão, pois Emília encontra defeitos em todos eles. Esgotado, o pai deixa a filha senhora de seu futuro.

–Deus é testemunha, pobre criatura transviada, que cumpri conscienciosamente meu dever de pai para contigo. Que digo? Conscienciosamente? Com amor, Emília. Sim, Deus sabe que este inverno eu trouxe mais de um homem de bem cujas qualidades, costumes, caráter, me eram conhecidos, e todos dignos de ti, minha filha. Já fiz o que devia. De hoje em diante serás árbitro de teu destino, sentindo-me ao mesmo tempo feliz e infeliz por me ver dispensado da mais árdua das obrigações paternas. Não sei se

¹⁹ O Baile de Sceuax, p. 141, grifos no original.

ainda por muito tempo ouvirás minha voz, que infelizmente nunca foi severa; mas lembra-te de que a felicidade conjugal não se alicerça tanto sobre qualidades brilhantes e fortuna quanto sobre uma estima recíproca. Essa felicidade é, por sua natureza, modesta e sem brilho. Vai, minha filha, podes contar com o meu consentimento para aquele a quem me apresentares como genro; mas se fores infeliz, lembra-te de que não assiste o direito de acusar teu pai. (BALZAC, 1989, p. 153)

Por não se sintonizar com os novos tempos, Emília recusa todos os possíveis pretendentes. Chega mesmo a recusar um nobre, por quem tinha se apaixonado, por considerá-lo, ironia do destino, burguês. Desiludida, ela acaba por casar-se com um velho par da França: um casamento entre nobres, mas sem nenhum entusiasmo amoroso, como desejava.

Se constatamos em *O Baile de Sceaux* o quão difícil é para uma aristocrata se desprender das tradições e valores de sua classe e ultrapassar os desejos pessoais para aceitar as imperiosidades do novo estado social, apreendemos, em contrapartida, o quão doloroso é para uma mulher proveniente da classe burguesa casar-se com um nobre. Neste caso, revela-se quão contraditório é o processo de construção das relações de igualdade próprias da sociedade capitalista.

Para exemplificar esta situação, comum neste período de luta entre essas duas forças sociais contraditórias, nos reportamos ao romance balzaquiano *Ao Chat-Qui-Pelote* (1989). Nele, a personagem Augustina, filha de pequenos burgueses, casa-se, por amor, com um artista aristocrata, Teodoro, que também a amava.

Quando solteira, Augustina trabalhava na loja de seus pais com a irmã, o que a privava do convívio social e do refinamento de gestos, atitudes, gostos, roupas.

Quando se casa e assume os títulos nobres do marido, insere-se na dinâmica da vida aristocrática, deparando-se com relações e costumes diferentes da vida extremamente prática e ocupada que tinha com o trabalho. Não obstante os seus esforços, deixa transparecer a “impropriedade de sua linguagem e estreiteza de suas idéias”²⁰, inconcebível nas altas rodas parisienses e imperdoável para a vaidade do marido. O narrador, descrevendo os pensamentos de Teodoro, reitera que

sua mulher não era sensível à poesia, não vivia na esfera dele, não o acompanhava em todos os seus caprichos, nas suas improvisações, nas suas alegrias, nas suas dores. Ela marchava terra a terra na vida real, ao passo que ele tinha a cabeça nas nuvens. (BALZAC, 1989, p. 114)

O pai, “burguês da antiga”²¹ e homem de família, temeroso dos riscos do casamento da filha com um jovem que possui uma vida ociosa e concebe dinheiro como simples meio de prazer, alerta Augustina dos perigos da união entre pessoas de mundos tão diferentes.

- Minha querida filha, tu te casarás com o teu Sommervieux, já que assim o queres; **tens o direito de arriscar teu capital de felicidade.** Mas eu não me deixo prender por esses trinta mil francos que se ganham estragando boas telas. O dinheiro que vem tão depressa, depressa se vai. Não é que esse jovem desmiolado disse hoje que, **se o dinheiro era redondo, era para rolar? Se para os pródigos**

²⁰ **Ao Chat-qui-Pelote**, 1989, p. 125

²¹ Segundo Viana (1999), no período compreendido entre Império e Restauração se destacava a parcela da pequena burguesia “antiga”, aquele que persiste num trabalho que vinha propiciando um enriquecimento lento, gradual desde o *Ancien Régime*, voltado ao comércio, à produção agrícola, à pequena produção industrial, etc. É uma pequena burguesia que ascende das camadas populares durante o processo revolucionário e cujas aspirações circunscrevem-se à manutenção de um certo estilo de vida, conseguindo as duras penas. Essa pequena burguesia que coloca a honestidade, a retidão nos negócios, como pressupostos num projeto de ascensão. Com essa pequena burguesia convive e/ou se opõe e acaba por suceder uma pequena burguesia ávida de ascensão, que se joga inescrupulosamente na disputa por cargos públicos e políticos, que se empenha em enriquecer rapidamente, não medindo meios para fazê-lo. Nesse sentido, está sempre em luta tanto com a aristocracia quanto com outros segmentos da própria burguesia.

ele é redondo, é chato para as pessoas econômicas, que o empilham e acumulam. Ora, pois, minha filha, esse belo rapaz falou em dar-te carruagens e diamantes, não é? Ele tem dinheiro, que o gaste contigo, *bene sit*. Nada tenho a ver com isso. Mas, no que diz respeito ao que eu te dou, **não quero que escudos tão penosamente ganhos se vão em carruagens e bugigangas. Quem muito gasta nunca enriquece.** Com os cem mil escudos do dote não se pode comprar toda a Paris. Embora tenhas de receber um dia algumas centenas de mil francos, tenho a esperança, com os diabos!, de que seja o mais tarde possível. Assim é que levei o teu pretendente para um canto, e um homem que superintendeu a falência Lecoq não teve grande dificuldade e fazer que um artista consentisse em **casar com separação de bens**. Estarás de olho aberto no contrato, para que sejam bem estipuladas as doações que ele pretende fazer. Vamos, minha filha, tenho a esperança de ser avô, com os diabos!, e desde já quero ocupar-me da sorte de meus netos: assim, pois, **jura-me agora que nunca assinarás coisa alguma em questão e dinheiro**, senão a conselho meu e, se eu tiver de ir encontrar-me mais cedo do que desejo com o velho Chevrel, jura-me consultar o jovem Lebas, teu cunhado. Prometes? (BALZAC, 1989, p. 111, grifos nossos)

A vida cotidiana fez com que Augustina se sentisse marginalizada em um mundo que não lhe era comum e com que Teodoro se constrangesse em função da ignorância da esposa. Por pertencerem a classes sociais com costumes e hábitos divergentes, o inevitável distanciamento e a frieza do marido fez com que Augustina se fechasse “numa dor sombria e silenciosa”, até que não pôde mais suportar e sucumbiu.

Balzac revela nesse romance a complexidade da luta humana travada pelo confronto de histórias de vidas diferentes, levando a situações familiares, freqüentemente, carregadas de insegurança e agonia.

Da mesma forma que relata infortúnios na união entre pessoas de classes distintas, Balzac mostra, em vários romances²², que o matrimônio aristocrático não representava um espaço para estreitar vínculos afetivos e nem para a realização amorosa. Neste sentido, nos casamentos convencionais e arranjados, baseados no interesse em manter o status e a tradição aristocrática, o relacionamento conjugal produzia-se em meio a uma indiferença mútua.

Balzac representa as profundas mudanças da tessitura social, figurando condizentes acontecimentos e situações na vida familiar. Ele descreve como no interior dos lares, os escombros da sociedade anterior e a nova dinâmica do relacionamento entre os indivíduos, criam dolorosamente uma nova forma de família.

Um exemplo é *O Pai Goriot* (1889), que mais do que uma ficção ou romance, é um drama, pela veracidade com que o autor representa a ambição, a necessidade de ostentação da riqueza, a busca desenfreada de lucratividade e a defesa de interesses individuais, princípios característicos da sociedade burguesa, que são o eixo norteador dos laços nessa família. O romancista alerta que *“All is true”²³: ele é tão verídico que qualquer um pode reconhecer em si mesmo e, talvez, em seu próprio coração, os elementos que o compõem.*” (BALZAC, 1989, p. 24)

Observa-se, na relação entre esse pai e as filhas, que o cálculo, aspecto inerente à sociedade burguesa, está se tornando o elemento estruturador das relações

²² Ver a respeito, entre outras: **Paz Conjugal, Uma Dupla Família, O Pai Goriot, Memórias de duas jovens esposas.**

²³ Segundo nota de rodapé que consta no romance: *“All is true: ‘tudo é verdade’ (em inglês no original). Nas edições anteriores a 1839, esta frase servia de epígrafe ao romance.*” (BALZAC, 1989, 24)

interpessoais e, conseqüentemente, das familiares. **O dinheiro passa a regular, cada vez mais, a vida e as relações humanas.**

Essas novas relações não são compatíveis com a forma de vida aristocrática, pois os valores de vida, no mundo de troca, no mercado mediado pelo dinheiro, exigem uma divisão social do trabalho. Por não se aliar ao comércio e à indústria, aos poucos, a sociedade aristocrática francesa tende a extinguir-se, não encontrando meios para garantir sua existência.

As terras, então, passam a ser desvinculadas de seus proprietários, evidenciando a extinção e o esgotamento da grande propriedade hereditária. As novas regras da sociedade burguesa exigiam uma circulação constante de capital. Destruídos os laços feudais de produção, os laços burgueses democráticos, que caracterizam a nova relação, dão feição a novos usos e costumes, incluindo uma nova relação familiar. Gribb (s/d), assinala que

O espírito destrutivo da loucura do dinheiro não se detém no umbral do lar burguês, mas invade o círculo familiar, onde “liberta” o indivíduo não só de todas as leis sociais, mas também dos laços de sangue, destruindo nele todo sentimento biológico do parentesco com sua própria gente. O egoísmo do indivíduo triunfa sobre o egoísmo da família; a vida da família fica arruinada, onde quer que os compiladores de nossos códigos incluíram a vontade própria e a igualdade. (p. XXXIV)

Em *O Pai Goriot* (1989), a corrosão dos laços familiares expressa-se na relação destrutiva que as filhas, Delfina e Nastácia, estabelecem com o pai. O amor paterno e abnegado pelas filhas leva Goriot a se desfazer da fortuna conquistada ao longo de uma vida de trabalho na fabricação e no comércio de talharim. Ele a despende

lentamente para satisfazer aos caprichos e aos desejos de luxo das filhas, que, após consumirem todos os seus bens e arruína-lo, deixando-o em situação miserável, não o ajudam nem no momento de sua morte.

Este pai sucumbe na forma burguesa para que as filhas, assumindo os costumes da nobreza, permanecessem e brilhassem na alta roda social. Neste caso, ao invés das filhas servirem ao pátrio poder, a relação apresenta-se praticamente invertida.

As novas relações estabelecidas entre os pais com seus filhos expressam a transformação social, posto que o pátrio poder se desfaz quando não mais se adequa à nova realidade. Assim, a autoridade paterna foi alterada, tornando a obediência filial mais frouxa e permitindo que o vínculo de domínio e subordinação de outrora fosse substituído por uma relação mais igualitária e menos hierárquica.

A nova forma de produção fraciona o solo e fragmenta a unidade familiar, colocando cada qual à mercê de seus próprios cuidados. As mudanças das leis em torno da família, principalmente a da lei do morgadio, instituindo o direito de herança a todos os filhos e extinguindo o direito de primogenitura, permitiu a fragmentação da propriedade privada. Uma independência do filho, acima de tudo, liberou o indivíduo que antes era submetido ao poder pátrio, para se tornar indivíduo cidadão que se submete às leis do Estado.

Neste sentido, todos passam a competir entre si, independentemente dos laços familiares que os ligam. Esta situação pode ser observada no seguinte fragmento de

O *Pai Goriot* (BALZAC, 1989), composto por uma discussão rancorosa e acusativa entre as filhas do pai Goriot.

– Mesmo que fosse assim – disse Delfina, corando -, como foi que te comportaste comigo? **Renegaste-me**, fizeste com que se fechassem para mim as portas de todas as casas onde eu desejava ir, enfim **nunca perdeste a menor ocasião de me prejudicar**. E acaso vim, como tu, **arrancar deste pobre pai mil francos em cima de mil francos, toda a sua fortuna, e reduzi-lo ao que hoje é?** Eis tua obra, minha irmã. Quanto a mim, visitei meu pobre pai sempre que pude, **não o pus para fora de casa** e não vim lamber-lhe as mãos quando precisei dele. Nem mesmo sabia que ele empregara esses doze mil francos por mim. E tenho como pagá-los, bem sabes! Além disso, quando papai me dá presentes, não é porque eu os tenha pedido.

– Foste mais feliz do que eu: o sr. de Marsay era rico, sabias disso. **Sempre foste vil como dinheiro, interesseira...** Adeus! **Não tenho irmã**, nem...

–Só mesmo uma irmã como tu poderia repetir uma coisa que ninguém mais acredita! **És um monstro!** – disse Delfina.

– Minhas filhas, minhas filhas! Calai-vos ou em me mato diante de vós!

– Está bem, Nastácia. Perdôo-te – disse a sra. de Nucingen, continuando –, **és uma desgraçada. Sou melhor que tu**. Vens me dizer uma coisa dessas no momento em que eu me sentia capaz de tudo para socorrer-te, mesmo de entrar no quarto de meu marido, coisa que eu nunca faria nem por mim nem por... Isso fica a altura de **todo o mal que me fizeste nestes nove anos**. (BALZAC, 1989, p. 199-200, grifos nossos)

Balzac demonstra que a aspiração ao poder, à fortuna e ao triunfo individual corrompe os vínculos sociais e, em particular, os familiares, criando uma *surda luta doméstica*²⁴.

Entretanto, não é apenas a relação das filhas com o pai que se corrompe; a cobiça embrutece e corrói também as relações afetivas, causando discórdias conjugais. Em *O Pai Goriot* (1989), Delfina confessa ao amante, Eugênio de Rastignac, os infortúnios de seu casamento com o banqueiro sr. de Nucingen.

²⁴ Palavras usadas por Balzac em *O Baile de Sceaux* (1989), p. 145.

[...] Você me vê rica, opulenta, sem me faltar nada. Pois fique sabendo que o sr. de Nucingen não me deixa dispor de um soldo: ele paga todas as despesas da casa, minhas carruagens, meus camarotes no teatro; destina ao meu vestuário, porém, uma quantia insuficiente, **reduzindo-me deliberadamente a uma miséria secreta**. Sou muito altiva para implorar-lhe. Seria a última das criaturas se comprasse seu dinheiro pelo preço que ele exige! Como fui que eu, possuindo setecentos mil francos, me deixei espoliar assim? [...] A palavra que teria de pronunciar para pedir dinheiro a meu árido dilacerava-me a boca; e eu não ousava pronunciá-la. Passei a gastar o dinheiro de minhas economias e o que me dava meu pobre pai. Finalmente, **contraí dívidas. O casamento, para mim, foi a mais terrível das decepções**, nem posso falar nele: basta que lhe diga que eu me atiraria pela janela, se precisasse viver com Nucingen sem ser em quartos separados. Quando tive de declarar-lhe minhas dívidas de mulher jovem, jóias, fantasias (meu pobre pai nos habituara a não recebermos nenhuma recusa), sofri um verdadeiro **martírio**. Tive, contudo, a coragem de confessá-las. Afinal, não tinha eu uma fortuna própria? Nucingen enfureceu-se, disse-me que eu o arruinaria, mil horrores, enfim! Desejei, nesse momento estar enterrada a cem pés de profundidade. Como ele se apoderara de meu dote, pagou-o, estipulando, porém, para as minhas despesas pessoais, uma mensalidade à qual **me resignei, para conseguir a paz**. (BALZAC, 1989, p. 131-132, grifos nossos)

Balzac desvela, por meio de significativas situações e pequenas disputas, as mútuas frustrações, insatisfações pessoais, as vaidades colocadas à mostra, as mesquinhas do cotidiano familiar, a liberdade de escolha. Os interesses pessoais restringem a família a um círculo de relações embrutecidas e distantes.

O espaço familiar está se tornando uma arena em que se digladiam pequenas misérias em que a disputa pelo poder se desenvolveu lembrando uma “guerra conjugal”. (VIANA, 1999).

A modificação das relações entre familiares, bem como seus comportamentos e vínculos afetivos, revelam que as instituições não têm existência própria e que a destruição de um modo de organização social tem como consequência a

desestruturação e esfacelamento das suas instituições, que são substituídas por outras que condizem com as necessidades sociais emergentes.

As trajetórias divergentes dos vários personagens explicitam a vivência de novos papéis e sentimentos no meio familiar. Neste sentido, Balzac assinala novos acontecimentos, vivências e disputas na vida familiar condizentes ao movimento social.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

No momento em que escrevemos esta dissertação, casais divorciam-se; pais preocupam-se com o relacionamento conflituoso que mantêm com os filhos e pensam quais seriam as alternativas viáveis e possíveis para minimizar esta situação angustiante; filhos desejam distanciar-se de seus progenitores por almejam maior liberdade e vice-versa.

As relações familiares, que saltam aos nossos olhos, denunciam o processo de mudança no interior desta instituição e revelam o esvaziamento dos vínculos afetivos entre os membros familiares, o que causa uma sensação de estorpecimento e angústia.

Frente a este quadro que se estampa na atualidade e insatisfeitos com caráter “naturalizante” ou a-histórico com que a crise familiar é tratada, tanto pelas áreas da Psicologia e da Educação quanto por outras ciências, fomos instigados a realizar o presente trabalho, baseados no seguinte questionamento: quais seriam os elementos fundamentais para a compreensão das alterações nas relações familiares?

O pressuposto que dirige a resposta desta questão é de que não basta reconhecer que as relações vividas entre os familiares se mostram conturbadas ou em “crise”. Esta forma de análise, que configura a discussão atual a respeito da dinâmica familiar nas publicações, tanto científicas quanto jornalísticas, não analisa o quanto

as funções delegadas à família e as soluções para os conflitos no âmbito familiar são datadas, são frutos de um certo período histórico.

Por este prisma, retomamos as linhas gerais das mudanças históricas ocorridas na transição do feudalismo para o capitalismo e procuramos focalizar como essas modificações se refletiram nas relações familiares.

Apoiamo-nos em Marx para entender que a gênese das mudanças nas relações familiares encontra-se no processo de transformação social, determinada pelas relações de trabalho.

A partir deste estudo, percebemos que a estruturação da família atual é resultado de uma tendência histórica, inerente ao modo de produção capitalista. Além disso, compreendemos que a família burguesa fundamenta-se na propriedade privada.

Com base no materialismo histórico-dialético, podemos afirmar que as crises afetivas e de autoridade vivenciadas na família, neste período, são causadas pela própria dinâmica da forma de produção. Neste sentido, o esvaziamento e a superficialidade nos relacionamentos são comportamentos favorecidos e próprios da sociedade capitalista.

Tocqueville nos auxiliou a estabelecer comparações entre o modo de vida burguês e feudal e, assim, captar as mudanças vivenciadas na sociedade e como se manifestam na dinâmica familiar. Aprendemos que, ao modificar o modo de vida e as suas condições, os homens deixam de se comportar tal qual seus antepassados e

assumem novas formas de viver e se relacionar, não mais baseadas nas relações de dependência, mas na liberdade e na igualdade.

Por esta perspectiva, entendemos que o processo de igualdade que se instalou no lar e o individualismo que permeia as relações interpessoais atuais, remontam o século XIX. Tocqueville já assinalava que, embora a família ainda continuasse sendo composta pelo casal e pelos filhos, o que comandaria as atitudes seriam as necessidades particulares de cada um dos membros. Os interesses pessoais destruiriam os interesses coletivos, impossibilitando a convivência e fragmentando a família.

Através de alguns romances de Balzac, essas reflexões puderam ser aprofundadas num sentido demonstrativo. O movimento histórico, analisado teórica e abstratamente na primeira parte do capítulo, adquiriu vida e, através desses romances, pudemos visualizar indivíduos específicos, analisar seus comportamentos, hábitos e sentimentos, a maneira como estabeleceram relações familiares frente às diversas necessidades e exigências sociais.

A análise literária oitocentista permitiu acompanhar, na figuração de relações específicas, a perda da autoridade, o afrouxamento das relações e o voltar para si mesmo.

Mediante a análise de cunho histórico, apreendemos que a instabilidade do casamento, o rompimento com a identidade familiar, a descontinuidade de gerações, a relação conflituosa entre pais e filhos, a liberdade de escolha dos parceiros, a

separação de bens materiais no casamento e os vínculos interpessoais relativizados são situações originárias do século XIX.

Evidentemente, não podemos deixar de levar em consideração que as situações da vida familiar assumiram uma sofisticação, complexidade e refinamento que as diferenciam de suas características de origem e que são próprias deste momento histórico.

Presenciamos, na atualidade, fenômenos que revelam modificações profundas na sociedade¹. Avanços tecnológicos, globalização, recessão, desemprego, instabilidade econômica, informalidade no mercado de trabalho que inviabiliza contratos empregatícios e reajustam as relações de trabalho são fatores que, dentre outros, impõem-se no cotidiano dos homens atuais.

Estes aspectos parecem ecoar nas relações familiares, gerando novas situações e conflitos, como nos revelaram as publicações científicas e reportagens. Separações e recasamentos, dificuldades no relacionamento familiar, falta de percepção de limites por parte dos filhos, dificuldade dos pais definirem limites na relação com seus dependentes, dinheiro ou falta dele são causas importantes das brigas familiares.

Nos relacionamentos afetivos, como já dissemos, o que impera é a superficialidade, a intimidade com o outro e consigo mesmo é rara, pois como todas as coisas estão

¹ Ver a respeito em: SENNETT. **A corrosão do caráter consequências pessoais do trabalho no novo capitalismo.** (2000); SENNETT. **O declínio do homem público – as tiranias da intimidade.** (1988); MÈSZÁROS. **Produção destrutiva e estado capitalista.** (1989).

sob a égide do lema “não a longo prazo”, confiança, lealdade, compromisso e ética se perdem e se afrouxam os seus laços. Pois nessa sociedade, baseada na propriedade privada, não existe um código de ética/moral completo para todos. Os valores são muito complexos e dependem dos indivíduos.

Os indivíduos, por se considerarem livres para buscar tudo o que desejam, passaram a se comportar como se não dependessem de ninguém. Em função de sua soberania, voltavam a si mesmos, não se deixando influenciar pelos outros. Nos tempos de igualdade e liberdade de escolha cada um sente ser responsável pela conquista de seu bem estar pessoal e material. Assim, não sobra muito tempo e disponibilidade para a solidariedade aos outros, acarretando o esvaziamento dos vínculos afetivos nas relações sociais e familiares.

Entender a crise da família por essa perspectiva é um caminho instigante porque, sem retirar a responsabilidade dos indivíduos na condução política da sociedade, estes adquirem o alento da consciência sobre os limites históricos tanto dos problemas como de seus esforços em busca de soluções.

Ao identificar a gênese das relações familiares no passado, paralelamente ao encaminhamento que tiveram, temos a possibilidade de compreender a constituição da organização familiar atual. Consegue-se, assim, um respaldo teórico para entender os vínculos familiares, que se apresentam confusos, desatados e contraditórios, como intimamente relacionados ao movimento social.

Percebemos, dessa forma, que a família não é uma instituição natural, mas que acompanha o processo histórico do desenvolvimento. Entendemos, portanto, a crise familiar atual como uma crise humana, fundamentalmente social.

Os estudos e reflexões aqui apresentadas dão uma idéia das possibilidades de intervenção por parte de psicólogos e educadores. Ao se identificar os problemas do passado, justamente com o encaminhamento que tiveram, é possível compreender, com mais clareza, a natureza dos problemas atuais.

Esse exercício de analisar a família pela vertente histórica é uma ferramenta para se apropriar de um conhecimento fundamental para se lidar com os embates vividos na sociedade, articulando seus aspectos subjetivos à condicionalidade histórica e social. Assim, os profissionais podem deixar de se limitar às histórias individuais e passar a focalizar os embates atuais como questões humanas próprias desta época histórica.

Pesquisas como esta podem abrir novos caminhos nas áreas de Psicologia e de Educação no sentido de se criar alternativas de trabalho com a família na atualidade². Esta é também a nossa intenção. Entendemos que a análise deste

² No livro **Família e escola: trajetórias de escolarização em camadas médias e populares**, organizado por Nogueira, Romanelli e Zago (2000) é assinalado que “no Brasil, ainda não logramos desenvolver uma tradição de estudos sobre o tema das relações que as famílias mantêm com a escolaridade dos filhos. Ao longo das décadas de 1980 e 1990, em quatro números temáticos de periódicos científicos de circulação nacional da área da Educação ou de áreas afins, dedicados a esse assunto, encontramos apenas três artigos (sobre um total de 37) abordando a família em suas relações com a vida escolar dos filhos.” (p. 9). Apontam, ainda, que “um levantamento da produção discente de teses e dissertações nos cursos de pós-graduação em Educação, no período de 1982-1991, oferece alguns indicativos quantitativos. Dos 19 grupos temáticos classificados nesse levantamento, o que se refere a ‘família, educação/mulher’ reúne os temas educação e família, mãe, mulher, mulher/professora e, apesar desse leque diversificado de assuntos, ocupa, na produção total, um dos menores percentuais, mais precisamente: 1,77%.” (p. 10)

tema não se esgota neste trabalho. São necessários outros estudos que abordem e aprofundem os impactos das mudanças sociais e históricas na dinâmica familiar. Neste sentido, dispomo-nos, numa próxima, a dar continuidade a esta pesquisa, aprofundando os conhecimentos obtidos até o presente.

REFERÊNCIAS

ACKERMAN, Nathan W. **Diagnóstico e tratamento das relações familiares**. Porto Alegre: Ed. Artes Médicas, 1986.

ALVES, Gilberto Luis. **A formação da escola pública contemporânea**. Campo Grande, MS: Ed. UFMS; Campinas, SP: Autores Associados, 2001.

ANDOLFI, Maurizio. **A Terapia Familiar**. Lisboa: Editorial Veja, 1981.

ANNUNZIATA, Jane; JACOBSON-KRAM, Phyllis. **Terapia Familiar: resolvendo juntos os problemas**. Trad. Maria Adriana Veríssimo Veronese. Porto Alegre: Artes Médicas, 1996.

ÀRIES, Philippe. **História Social da Criança e da Família**. 2ª ed. Rio de Janeiro: LTC – Livraria Técnicos e Científicos. Editora S.A., 1981.

ARRUDA, José Jobson de A. **História Moderna e Contemporânea**. 25ª ed. São Paulo: Ática, 1993.

ARRUDA, José Jobson de A. **Toda a história: História geral e história do Brasil**. 8ª ed. São Paulo: Ática, 1998.

BALZAC, Honoré. Ao “Chat- Qui-Pelote”. In: **A Comédia Humana**. Tradução de Vidal de Oliveira. Vol. I. 2ª ed. São Paulo: Globo, 1989.

BALZAC, Honoré. Memória de Duas Jovens Esposas. In: **A Comédia Humana**. Tradução de Vidal de Oliveira. Vol. I. 2ª ed. São Paulo: Globo, 1989.

BALZAC, Honoré. O Baile de Sceaux. In: **A Comédia Humana**. Tradução de Vidal de Oliveira. Vol. I. 2ª ed. São Paulo: Globo, 1989.

BALZAC, Honoré. Pai Goriot. In: **A Comédia Humana**. Tradução de Vidal de Oliveira. Vol. IV. 2ª ed. São Paulo: Globo, 1989.

BALZAC, Honoré. Uma Dupla Família. In: **A Comédia Humana**. Tradução de Vidal de Oliveira. Vol. II. 2ª ed. São Paulo: Globo, 1989.

BARROCO, Sonia Mari Shima. **A figura humana na pintura moderna**: alternativa para a psicologia e a educação entenderem o homem. 2001. 155p. Dissertação (Mestrado) – Programa de Pós-Graduação em Educação, Universidade Estadual de Maringá. Maringá: UEM, 2001.

BARROCO, Sonia Mari Shima. Uma preocupação educacional: Pais e Filhos desnaturados ou família desnaturalizada? In: **IV Congresso de Ciências Humanas, Letras e Artes das Universidades de Ciências Humanas, Letras e Artes Federais de Minas Gerais**. 1999.

BOTO, Carlota. **A escola do homem novo**: entre o iluminismo e a Revolução Francesa. São Paulo: Editora da Universidade Estadual Paulista, 1995.

BRANDÃO, C. R. **O Que É Educação**. São Paulo: Brasiliense, 1981.

BRAZELTON, T. Berry. **Cuidando da família em crise**. São Paulo: Martins Fontes, 1991.

CAHALI, Y. S. **Divórcio e Separação**. 4ªed. São Paulo: Ed. Revista dos Tribunais, 1984.

CASEY, James. **A história da família**. Tradução de Sérgio Bath. São Paulo: Editora Ática, 1992.

CHIARI, Tatiana. **Revista Veja**. São Paulo, ano 33, nº 19, p. 91, maio, 2000.

CORRÊA, Fabiana. **Revista Claudia**. São Paulo, ano 40, nº 04, p. 183, abril, 2001.

DOBB, Maurice. **A evolução do capitalismo**. Trad. Manuel de Rego Braga. São Paulo: Abril Cultural S/A. Col. Os Economistas, 1983.

ENGELS, Friderich. **A origem da família, da propriedade privada e do Estado**. Trad. De Leandro Konder. 15ª ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2000.

FERREIRA, Aurélio Buarque de Holanda. **Novo Dicionário da Língua Portuguesa**. 1ª ed. Rio de Janeiro. Editora Nova Fronteira S. A. 1975.

Filhos na escola – dicas e truques para uma vida melhor. São Paulo: Record, 1995.

FRIGOTTO, Gaudêncio. **Educação e a crise do capitalismo real**. São Paulo: Cortez, 2000.

FROMM, Erich. **Conceito Marxista de Homem**. Tradução Octávio Aires Velho. 7ª ed. Rio de Janeiro: Zahar, 1979.

GANSHOF, F. L. **O que é feudalismo?** Tradução Jorge Borges Macedo. 4ªed. Publicações Europa-América: Col. Saber. Vol. 76, 1976.

GRANATO, Alice & DE MARI, Juliana. **Revista Veja**. São Paulo, ano 32, nº 11, p. 109-111, março, 1999.

GRIB, V. **Balzac**: uma análise marxista. Tradução de Bernardo Gersen. s/d

GRÜSPUN, Haim. **Autoridade dos pais e educação da liberdade**. São Paulo: Almed, 1985.

HOBBSAWN, Eric. **A Era das revoluções**: Europa, 1789-1848. Tradução Maria Tereza Lopes Teixeira e Marcos Penchel. 6ª ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1977.

HOBBSAWN, Eric. **A Era do capital**, 1848-1875. 9ª ed. Rio de Janeiro: Editora Paz e Terra, 1996.

HOBBSAWN, Eric. **Sobre história**: ensaios. São Paulo: Companhia das Letras, 1998.

KALUSTION, Sílvio Manoug (organizador). **Família brasileira, a base de tudo**. São Paulo, DF: UNICEF, 1994.

LAPLANCHE, Jean. **Vocabulário da Psicanálise**. Tradução Pedro Tamen. São Paulo: Martins Fontes, 1992.

LASKI, Harold J. **Liberalismo Europeu**. Tradução Álvaro Cabral. São Paulo: Ed. Mestre Jou, 1979.

LEITE, Ivanise. **Emoções, sentimentos e afetos**: uma reflexão sócio-histórica. Araraquara: JM, 1999.

LUKACS, George. O Romance como epopéia burguesa. IN: **Ensaio Ad Hominem / Estudos e Edições Ad. Hominem**. n. 1, Tomo II – Música e Literatura (1999). São Paulo: Estudos e Edições Ad Hominem, 1999.

MALUF, Maria Regina. Formação e Atuação do Psicólogo na Educação: Dinâmica de Transformação. In: ROSEMARY ACHCAR (Org.). **Psicólogo brasileiro: práticas emergentes e desafios para a formação**. 2. ed. São Paulo: Conselho Federal de Psicologia, Casa do Psicólogo, 1994.

MARX, Karl; ENGELS, Friedrich. **A Ideologia Alemã**. 2ª edição. Tradução Luis Cláudio de Castro e Costa.. São Paulo: Martins Fontes, 1998.

MARX, Karl; ENGELS, Friedrich. **Ludwig Feuerbach e o fim da filosofia clássica alemã e outros textos filosóficos**. 3ª edição. São Paulo: Editorial Estampa, 1975.

MARX, Karl; ENGELS, Friedrich. **Manifesto do partido comunista**. Tradução Marco Aurélio Nogueira e Leandro Konder. 11º ed. Petrópolis: Ed. Vozes, 2001.

MARX, Karl; ENGELS, Friedrich. **Sobre Literatura e Arte**. Tradução de Albano Lima. 4º ed. Lisboa: Editorial Estampa, 1974.

MARX, Karl. **O Capital: crítica da economia política**. Volume I, Livro Primeiro. 1: 7ª ed. Tradução Reginaldo Sant'ana. São Paulo:Difel, 1982a.

MARX, Karl. **Para a crítica da economia política; salário, preço e lucro; o rendimento e suas fontes: a economia vulgar**. Traduções de Edgard Malagodi [et. al.]. São Paulo:Abril Cultural, 1982b.

MÈSZÁROS, István. **Produção destrutiva e estado capitalista**. Trad. George Toscheff. São Paulo: Ensaio, 1989.

MULLER, Betriz. **Indivíduo e Educação na Literatura: elos de uma corrente**. 1997. 148p. Dissertação (Mestrado) – Programa de Pós-Graduação em Educação, Universidade Estadual de Maringá. Maringá: UEM, 1997.

NAGEL, Lízia Helena. Educação. **Apontamentos**, Maringá, n. 9, nov. 1992.

NAZZARI, Muriel. **O desaparecimento do dote: mulheres, família e mudança social em São Paulo, Brasil, 1600-1900**. Tradução Lólio Lourenço de Oliveira. São Paulo: Companhia das Letras, 2001.

NOGUEIRA, Maria Alice, ROMANELLI, Geraldo, ZAGO, Nadir (org.). **Família e escola: trajetórias de escolarização m camadas médias e populares**. Petrópolis, RJ: Vozes, 2000.

OYAMA, Thás & BYDLOWSKI, Lízia. **Revista Veja**. São Paulo, ano 33, nº 13, p. 121-125, março, 2000.

PAIVA, Carmem Lízia Nagel. **Indivíduo e sociedade: uma contribuição ao estudo dos comportamentos**. 2001. 97p. Dissertação (Mestrado) – Programa de Pós-Graduação em Educação, Universidade Estadual de Maringá. Maringá: UEM, 2001.

PEDRAL, Sibelle. **Revista Claudia**. São Paulo, ano 41, nº 05, p. 176, maio, 2002.

PERROT, Michele (organizador). **História da Vida Privada: Da Revolução Francesa à Primeira Guerra**. Tradução de Denise Bottman, partes 1 e 2; Bernardo Joffily, partes 3 e 4. São Paulo: Companhia das Letras, 1991.

PINHEIRO, Daniela. **Revista Veja**. Ano 35, nº 46. Ed. Abril. São Paulo, p. 76-83 novembro, 2002.

PRADO, Danda. **O que é Família**. São Paulo: Abril Cultural Brasiliense, 1985.

POSTMAN, Neil. **O desaparecimento da infância**. Trad. Suzana Menescal de Alencar Carvalho e José Laurinio de melo. Rio de Janeiro: Graphia, 1999.

RICHTER, Horst Ederchard. **A família como paciente: a origem, a natureza e o tratamento de conflitos conjugais e familiares**. Tradução de Margarida Maria C. De Oliveira. São Paulo: Martins Fontes, 1979.

ROSA, Silvina. História da Educação no Brasil: a Literatura como fonte alternativa. Texto apresentado no **IV Congresso Iberoamericano de la Educacion Latinoamericana**. Santiago-Chile, 1998.

ROSSI, Valéria. **Revista Veja**. São Paulo. Ano 35, nº17, p. 70-71, agosto, 2002.

SENNETT, Richard. **A corrosão do caráter – conseqüências pessoais do trabalho no novo capitalismo**. Tradução Marcos Santarita: 4ª ed.: Rio de Janeiro, Record, 2000.

SENNETT, Richard. **O declínio do homem público – as tiranias da intimidade**. Tradução Lígia Araújo Watanabe: 7ª ed.: São Paulo: Cia das Letras, 1988.

SOUZA, Ronald Pagnoncelli. **Os filhos no contexto familiar e social**: uma visão humanística. Porto Alegre: Mercado Aberto, 1989.

TESSARO, Sonia Maria Pereira. **O (des) Casamento Burguês**: Enfim...Só(s)?.. 1993. 210p. Dissertação (Mestrado) – Programa de Pós-Graduação em Educação, Universidade Estadual de Maringá. Maringá: UEM, 1993.

TOCQUEVILLE, Aléxis de. **A democracia na América**. Tradução de Neil Ribeiro da Silva. 2ª ed. Belo Horizonte: Ed. Itatiaia; São Paulo: Ed. da Universidade de São Paulo, 1987.

TOCQUEVILLE, Aléxis de. O Antigo Regime e a Revolução. 1982

VEIGA, Aida & GRANATO, Alice. **Revista Veja**. São Paulo, ano 32, nº 32, p. 99-105. agosto, 1999.

VIANA, Terezinha de Camargo. **A comédia humana, cultura e feminilidade**. Brasília: Editora Universidade de Brasília, 1999.

VIGOTSKY, L. S. **Psicologia da Arte**. São Paulo: Martins Fontes, 1999.

ZAGURY, Tânia. **Revista Claudia**. Ano 40, nº 36, p. 316, outubro, 2001.

ZIMERMAN, David E. & OSÓRIO, Luiz Carlos. **Como Trabalhamos com Grupos**. Artmed Editora. Porto Alegre, 1997.

